



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

A
Superintendência de Logística, e
Coordenação de Qualificação de Material.

Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), com base na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, de acordo com orientação e autorização do senhor Secretário de Saúde, bem como do senhor Subsecretário desta Subsecretaria, encaminhamos o presente processo objetivando a adoção das medidas necessárias para a elaboração de Termo de Referência para aquisição dos equipamentos abaixo, em caráter emergencial para atender as unidades de saúde desta SES.

OXÍMETRO DE PULSO PORTATIL COM SENSOR ADULTO - QUANTIDADE 800

Rio de Janeiro, 24 de março de 2020

Gabriell Neves
Subsecretário Executivo
ID: 5010163-3



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 24/03/2020, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3880002** e o código CRC **C3F88AEF**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 3880002

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À SUBEX/SES.

Trata-se de solicitação de aquisição **oxímetro de pulso portátil com sensor adulto**, para uso em instalações provisórias e permanentes para atendimento ao processo SEI-080001/006812/2020.

Considerando a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Considerando o decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Considerando que essa área técnica não restringe a competição das empresas participantes.

Considerando que não há justificativa para alguma especificação do objeto que possa restringir a competição e que a documentação técnica exigida, não restringe a competição.

Considerando que o referido processo, não limita tempo ou época ou local específico.

Considerando a demanda da Subsecretaria Executiva quanto ao abastecimento do item para o atendimento a pandemia do Coronavírus, conforme despacho 3880002.

Considerando que o insumo foi definido pela Subsecretaria Executiva.

Considerando o quantitativo de 800 unidades do item informado pela Subsecretaria Executiva.

Encaminhamos Termo de Referência para análise e autorização para prosseguimento.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 53 /2020

I. Objeto

1. Aquisição **oxímetro de pulso portátil com sensor adulto** para uso em instalações provisórias e permanentes para atendimento ao processo SEI-08/0001/006812/2020.

II. Justificativa

1. Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavirus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, encaminhamos o presente processo objetivando a compra em caráter emergencial dos materiais abaixo relacionados conforme despacho (3880002).
2. Temos a informar que o item é um bem comum, nos termos da Lei 10520/2002, tendo padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de

especificações no mercado.

III. Relação dos materiais, especificações e quantidades planejada.

ATQ/CQM nº53 /2020					
01			<p>OXÍMETRO DE PULSO PORTATIL COM SENSOR ADULTO</p> <p>Visor: LCD, Colorido de alta resolução, tela rotacional, permite visualização na vertical e horizontal.</p> <p>Indicação: da SpO2, frequência cardíaca, força de pulso, onda plestimográfica e tabela de tendências.</p> <p>Alarmes: visuais e sonoros, ajustáveis e programáveis.</p> <p>Memória interna dos eventos e conexão USB para computador.</p> <p>Capa protetor com suporte para acomodar em superfícies planas.</p> <p>Alimentação: bivolt automático e através de baterias recarregáveis com carregador integrado.</p> <p>Sensor de SpO2.</p> <p>Certificado pelo IMETRO</p>	Unid.	800 unidades
Requisitante: Subsecretaria Executiva (COVID - 19)					
Total de itens: 01					

IV. Da Avaliação Técnica

1. Será exigida da primeira colocada apresentação de AMOSTRAS DOS EQUIPAMENTOS na seguinte forma: folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação, A licitante da melhor proposta classificada na fase de lances fica obrigada, sob pena de desclassificação, a apresentar imediatamente as Amostras.
2. As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com etiquetas conforme modelo abaixo com: marca, fornecedor, tamanho, pregão e numeração do lote e o nome do licitante responsável pelo envio.

Secretaria de Estado de Saúde

Pregão Eletrônico:

Processo nº E-08/xxxx/aaaa

Item nº 00: (nomear/ ANVISA)

Marca:

Fornecedor:

Tamanho:

3. O fornecedor que for o primeiro colocado em vários itens de um mesmo produto ou lote, deverá apresentar sob pena de desclassificação, as amostras para cada um dos itens por ele arrematados devido à necessidade de serem analisados por serviços diferentes.
4. As amostras deverão ser encaminhadas para a Coordenação de Licitação, localizada na Rua México, nº 128, 6ª andar, sala 604, Centro - RJ, CEP: 20.031-142.
5. A análise das amostras do produto cotado será realizada por profissionais habilitados da área técnica da Superintendência de Qualidade das Unidades de Saúde – SES/RJ, definido pela Coordenação de Qualificação de Material, onde serão avaliados itens como:
 5. 1.Será verificada a conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 5. 2.Será verificada se apresenta descrição no idioma português;
6. O Parecer Técnico a cerca do produto cotado será emitido pela Coordenação de Qualificação de Material após a:
 6. 1.Verificação da conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 6. 2.Verificação e análise da documentação técnica contida no edital;
 6. 3.Avaliação do produto (folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação) pela área técnica.
7. Caso ainda haja dúvidas na avaliação do produto, a Coordenação de Qualificação de Material poderá solicitar mais amostras ao arrematante.
8. A desclassificação da proposta na forma prevista no item anterior acarretará a convocação do segundo colocado, adotando-se a mesma metodologia.
9. Todos os materiais listados deverão ser novos, nunca utilizados, sendo proibido o fornecimento de materiais usados ou recondicionados.

V. DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

Será exigida do arrematante de cada item a apresentação de documentos em cópia autenticada, para a Qualificação Técnica conforme abaixo:

- A. Atestado de Capacitação Técnica - ACT (pessoa jurídica), para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- B. Licença de Funcionamento Sanitário – LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente. Caso

a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação.

- C. Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE (licitante) expedida pelo ANVISA/Ministério da Saúde.
- D. Certificado de Registro do Produto emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde.
- E. Registro de Certificação do produto no INMETRO

VI. CONSIDERAÇÃO PARA AS ENTREGAS

- A. Coordenação de Armazenagem CGA/SES. Localizado na rua Dr. Luiz Palmier, 762. Barreto/Niterói. Cep: 24110310. E/ou Unidades a serem definidas pela SES/RJ.
- B. Prazo de entrega imediato, contados da data de assinatura do termo do contrato.
- C. Prazo de instalação e montagem e treinamento (capacitação técnica): imediatamente, após a entrega dos equipamentos, a critério da SES. A contratada será responsável pela instalação e montagem dos equipamentos em todo o Estado do Rio de Janeiro, correndo às suas expensas todos os custos referentes às mesmas.
- D. Devera fazer parte do procedimento de instalação e montagem, a capacitação técnica, no local, para futuros usuários dos equipamentos adquiridos.
- E. Prazo de garantia dos equipamentos neste período deverá ser prestada sem quaisquer ônus para a SES.
- F. A abertura das caixas deve ser realizada na presença de técnico da Engenharia Clínica.
- G. Manuais: 01 (um) cópia do manual em língua portuguesa de operação (por equipamento).

Rio de Janeiro, 24 de março de 2020.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 25/03/2020, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3895873** e o código CRC **AB7C2A80**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 3895873

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Compras e Licitações / SES,

À Coordenação de Compras / SES,

Trata o presente processo sobre a aquisição de **oxímetro de pulso portátil com sensor adulto**, para uso em instalações provisórias e permanentes para atendimento ao processo SEI-080001/006812/2020, cujo Termo de Referência foi elaborado pela Superintendência de Logística, Suprimentos e Patrimônio - Coordenação de Material 3895873.

Considerando as especificações dispostas no Termo de Referência Nº 53/2020, fica **AUTORIZADO** o início dos procedimentos administrativos visando atendimento ao pleito.

Rio de Janeiro, 25 de Março de 2020.

Gabriell Neves
Subsecretário Executivo
ID: 5010163-3



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos**, **Subsecretário**, em 25/03/2020, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3902477** e o código CRC **1153F58D**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva,

Encaminhamos o presente processo, conforme solicitação.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 25/03/2020, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3920721** e o código CRC **97C8A0FF**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 3920721

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

A
SUPLOG,
CQM

De acordo com orientação do senhor Subsecretario desta Pasta, o quantitativo de Oxímetro deverá ser alterado para 900 unidades.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Maria Ozana Gomes, Assessora Chefe**, em 25/03/2020, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3920876** e o código CRC **2B759A4A**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 3920876

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Compras/SES,

Trata-se da solicitação de **oxímetro de pulso portátil com sensor adulto** para atendimento ao processo SEI-08/001/006812/2020.

Considerando determina o despacho 3920876 que solicita o acréscimo de 100 **oxímetro de pulso portátil com sensor adulto** para aquisição.

Encaminhamos Termo de Referência (53 /2020) com alteração do quantitativo conforme solicitado, sendo assim segue para desdobramentos cabíveis.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 53 /2020

I. Objeto

1. Aquisição **oxímetro de pulso portátil com sensor adulto** para uso em instalações provisórias e permanentes para atendimento ao processo SEI-08/0001/006812/2020.

II. Justificativa

1. Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, encaminhamos o presente processo objetivando a compra em caráter emergencial dos materiais abaixo relacionados conforme despacho (3880002).
2. Temos a informar que o item é um bem comum, nos termos da Lei 10520/2002, tendo padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações no mercado.

III. Relação dos materiais, especificações e quantidades planejada.

ATQ/CQM nº53 /2020					
			OXÍMETRO DE PULSO PORTATIL COM SENSOR ADULTO		
			Visor: LCD, Colorido de alta resolução, tela rotacional, permite visualização na vertical e horizontal.		
			Indicação: da SpO2, frequência cardíaca, força de pulso, onda plestimográfica e tabela de tendências.		

01		<p>Alarmes: visuais e sonoros, ajustáveis e programáveis.</p> <p>Memória interna dos eventos e conexão USB para computador.</p> <p>Capa protetor com suporte para acomodar em superfícies planas.</p> <p>Alimentação: bivolt automático e através de baterias recarregáveis com carregador integrado.</p> <p>Sensor de SpO2.</p> <p>Certificado pelo IMETRO</p>	Unid.	
			900 unidades	
Requisitante: Subsecretaria Executiva (COVID - 19)				
Total de itens: 01				

IV. Da Avaliação Técnica

1. Será exigida da primeira colocada apresentação de AMOSTRAS DOS EQUIPAMENTOS na seguinte forma: folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação, A licitante da melhor proposta classificada na fase de lances fica obrigada, sob pena de desclassificação, a apresentar imediatamente as Amostras.
2. As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com etiquetas conforme modelo abaixo com: marca, fornecedor, tamanho, pregão e numeração do lote e o nome do licitante responsável pelo envio.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Pregão Eletrônico:

Processo nº E-08/xxxx/aaaa

Item nº 00: (nomear/ ANVISA)

Marca:

Fornecedor:

Tamanho:

3. O fornecedor que for o primeiro colocado em vários itens de um mesmo produto ou lote, deverá apresentar sob pena de desclassificação, as amostras para cada um dos itens por ele arrematados devido à necessidade de serem analisados por serviços diferentes.
4. As amostras deverão ser encaminhadas para a Coordenação de Licitação, localizada na Rua México, nº 128, 6ª andar, sala 604, Centro - RJ, CEP: 20.031-142.
5. A análise das amostras do produto cotado será realizada por profissionais habilitados da área técnica da Superintendência de Qualidade das Unidades de Saúde – SES/RJ, definido pela Coordenação de Qualificação de Material, onde serão avaliados itens como:
 5. Será verificada a conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 5. Será verificada se apresenta descrição no idioma português;
6. O Parecer Técnico a cerca do produto cotado será emitido pela Coordenação de Qualificação de Material após a:
 6. Verificação da conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 6. Verificação e análise da documentação técnica contida no edital;
 6. Avaliação do produto (folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação) pela área técnica.
7. Caso ainda haja dúvidas na avaliação do produto, a Coordenação de Qualificação de Material poderá solicitar mais amostras ao arrematante.
8. A desclassificação da proposta na forma prevista no item anterior acarretará a convocação do segundo colocado, adotando-se a mesma metodologia.
9. Todos os materiais listados deverão ser novos, nunca utilizados, sendo proibido o fornecimento de materiais usados ou reconicionados.

V. DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

Será exigida do arrematante de cada item a apresentação de documentos em cópia autenticada, para a Qualificação Técnica conforme abaixo:

- A. Atestado de Capacitação Técnica - ACT (pessoa jurídica), para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- B. Licença de Funcionamento Sanitário – LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação.
- C. Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE (licitante) expedida pelo ANVISA/Ministério da Saúde.
- D. **Certificado de Registro do Produto emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde.**
- E. Registro de Certificação do produto no INMETRO

VI. CONSIDERAÇÃO PARA AS ENTREGAS

- A. Coordenação de Armazenagem CGA/SES. Localizado na rua Dr. Luiz Palmier, 762. Barreto/Niterói. Cep: 24110310. E/ou Unidades a serem definidas pela SES/RJ.
- B. Prazo de entrega imediato, contados da data de assinatura do termo do contrato.
- C. Prazo de instalação e montagem e treinamento (capacitação técnica): imediatamente, após a entrega dos equipamentos, a critério da SES. A contratada será responsável pela instalação e montagem dos equipamentos em todo o Estado do Rio de Janeiro, correndo às

suas expensas todos os custos referentes às mesmas.

- D. Devera fazer parte do procedimento de instalação e montagem, a capacitação técnica, no local, para futuros usuários dos equipamentos adquiridos.
- E. Prazo de garantia dos equipamentos neste período deverá ser prestada sem quaisquer ônus para a SES.
- F. A abertura das caixas deve ser realizada na presença de técnico da Engenharia Clínica.
- G. Manuais: 01 (um) cópia do manual em língua portuguesa de operação (por equipamento).

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 26/03/2020, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3927388** e o código CRC **55899846**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 3927388

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

Re: COTAÇÃO EMERGENCIAL PROCESSO SEI-080001/006812/2020**De :** HEALTH SUPLIES <comercial.hshospitalar@gmail.com>

qua, 01 de abr de 2020 15:03

Assunto : Re: COTAÇÃO EMERGENCIAL PROCESSO SEI-080001/006812/2020

2 anexos

Para : charles santos <charles.santos@saude.rj.gov.br>**Cc :** charlessantos sesrj <charlessantos.sesrj@gmail.com>

Prezado Charles Santos, bom dia.

Conforme solicitado, envio em anexo cotação de preços para aquisição de OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO, de acordo com especificação do documento enviado.

Ficamos no aguardo e a disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos.

Att.

Marcelo Prado

Em ter., 31 de mar. de 2020 às 13:13, <charles.santos@saude.rj.gov.br> escreveu:

Prezados senhores, boa tarde.

Tendo em vista a necessidade de cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, na busca da proposta mais vantajosa para Administração Pública, visando assim alcançar o Princípio da Economicidade.

Solicitamos a Vossa Senhoria, com **CELERIDADE, o envio de cotação de preços** para aquisição de OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO, conforme especificação do documento em anexo.

Por fim, solicitamos a Vossa Senhoria que nos responda mesmo que não haja interesse na realização dos serviços.

P.S.: Retorno deste com a URGÊNCIA que o caso requer.



Charles Santos
ANALISTA DE COMPRAS

Secretaria de Saúde
Rua México, 128 sala 605
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20031-142

55 21 2333-3934

**SEDE:**

Av. Dr. Mário
Guimarães, 318 sala 804
Centro - Nova Iguaçu - RJ -
CEP:26.255-230 Telefone: (55
021) 3030-0657

ESCRITÓRIO:

Rua Dalcídio Jurandir, 255 sala
229
Barra da Tijuca - RJ -
CEP:22.631-250 Telefone: (55
021) 3507-8212

**Cotação de Preços - OXÍMETRO DE PULSO.pdf**

2 MB



Rio de Janeiro, 31 de Março de 2020.

A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE,
CNPJ sob o nº 42498717/0001-55
Rua México, 128, Centro, Rio de Janeiro/RJ

EMPRESA: HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRURGICOS, HOSPITALARES LTDA
CNPJ Nº: 20.656.202/0001-01
INSCRIÇÃO NO SIMPLES: (X) SIM () NÃO

COTAÇÃO DE PREÇOS

Prezado Charles Santos,

Vimos por meio desta, apresentar nossa Cotação de Preços, conforme informações abaixo:

ATQ/CQM No. 53/2020				
ÍTEM	DESCRIPTIVO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO -R\$	VALOR TOTAL
1	<p>OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO</p> <p>Visor: LCD, Colorido de alta resolução, tela rotacional, permite visualização na vertical e horizontal.</p> <p>Indicação: da SpO2, frequência cardíaca, força de pulso, onda plestimográfica e tabela de tendências.</p> <p>Alarmes: visuais e sonoros, ajustáveis e programáveis.</p> <p>Memória interna dos eventos e conexão USB para computador.</p> <p>Capa protetor com suporte para acomodar em superfícies planas.</p> <p>Alimentação: bivolt automático e através de baterias recarregáveis com carregador integrado.</p> <p>Sensor de SpO2.</p> <p>Certificado pelo INMETRO</p>	800	R\$ 3.720,00	R\$ 2.976.000,00
Requisitante: Subsecretaria Executiva (COVID - 19)				
Total de itens: 01				

PRAZO DE ENTREGA: Imediato, contados da data da assinatura do termo do contrato.

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 2.976.000,00

VALOR TOTAL POR EXTENSO: Dois Milhões e Novecentos e Setenta e Seis Mil Reais

HEALTH SUPPLIES COM. DE MAT. MÉDICOS, CIRURGICOS, HOSPITALARES LTDA
Marcelo Monteiro Prado – Sócio – Administrado
CNPJ: 20.656.202/0001-01

20.656.202/0001-01
HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS
MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA
Av. Doutor Mário Guimarães, 318 Sala 804
Centro – CEP: 26.255-230
NOVA IGUAÇU – RJ

Av. Dr. Mário Guimarães, 318 sala 804 Centro-Noval Iguaçu - CEP:26.255-230

Tel.: (21) 30300657/ (21) 3507-8212

comercial.hshospitalar@gmail.com



SAC - Sol. de Autorização de Compra e/ou Serviço

Nº Solicitação: 0225/20	Nº Processo: SEI-080001/006812/2020
Solicitante: SES - Secretaria de Estado de Saude	Data Pedido: 01/04/2020
Objeto: Aquisição de material	Apuração:
Mod. Compra:	
Finalidade: Material Específico	

Item	Descrição	SIGA	Cod. Desp.	Unidade	Quantidade
1	<p>- - OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO</p> <p>Visor: LCD, Colorido de alta resolução, tela rotacional, permite visualização na vertical e horizontal.</p> <p>Indicação: da SpO2, frequência cardíaca, força de pulso, onda plestimográfica e tabela de tendências.</p> <p>Alarmes: visuais e sonoros, ajustáveis e programáveis.</p> <p>Memória interna dos eventos e conexão USB para computador.</p> <p>Capa protetor com suporte para acomodar em superfícies planas.</p> <p>Alimentação: bivolt automático e através de baterias recarregáveis com carregador integrado.</p> <p>Sensor de SpO2.</p> <p>Certificado pelo IMETRO</p>	65180440020	65180440020	UNIDADE	900

Justificativa:



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Logística

Trata-se da solicitação de oxímetro de pulso portátil com sensor adulto para atendimento ao processo SEI-08/001/006812/2020.

Considerando que a Subsecretaria Executiva autorizou a tramitação processual quanto a aquisição oxímetro de pulso portátil com sensor adulto. 3902477

Visando atender a solicitação a Coordenação de Compras obteve, até a presente data, apenas 01 (uma) proposta, da empresa HEALTH SUPPLIES 4013993.

Desta forma, encaminhamos o administrativo para que seja verificado se a proposta atende as disposições do Termo de Referência.

Por oportuno, solicito posterior envio a Subsecretaria Executiva para autorização da tramitação processual com apenas 01 (uma) proposta, tendo em vista a urgência que o caso requer.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 01/04/2020, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4021288** e o código CRC **5A2A2EAA**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4021288

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Qualificação de Materiais/ SES,

Encaminho o presente solicitando avaliar descritivo enviado na proposta do anexo 4013993 através do despacho da Coordenação de Compras 4021288.

Gustavo Borges da Silva
Superintendente de Logística, Suprimentos e Patrimônio
ID: 5097688-5

Rio de Janeiro, 01 de Abril de 2020.

Referência: Processo nº SEI-08/001/0006812/2019	SEI nº
	4022679

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 01/04/2020, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador 4022679 e o código CRC C3B53E6A.

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À SUBEX/SES

Trata-se de processo administrativo para aquisição de **oxímetro de pulso portátil com sensor adulto**, para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

Considerando a solicitação dos despachos n.º 4021288/4022679.

Após análise das especificações encaminhadas pelas empresas HEALTH SUPPLIES conforme proposta 4013993, concluímos o que segue:

- Inicialmente atende as especificações solicitadas no descritivo conforme Termo de Referência.

Informamos que a **análise da Coordenação de Qualificação de Material se restringiu às questões técnicas do descritivo**, não tendo sido levada em consideração as questões jurídicas e de economicidade, cabendo essas análises aos setores competentes.

Registramos que ainda não foram apresentadas as documentações técnicas exigidas no Termo de Referência supracitado pertinentes ao fornecedor participante e ao produto cotado.

Raquel Baltar

Assistente Técnica da Coordenação de Qualificação de Material

ID 3107177-5

De acordo,

Gustavo Borges da Silva

Superintendente de Logística Suprimento e Patrimônio

ID 5097688-5

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 01/04/2020, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4025148** e o código CRC **E31BEF72**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4025148

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

JUSTIFICATIVA: PESQUISA DE MERCADO

O art. 1º, § 1º, do Decreto estadual nº 46.991/2020, afastou expressamente a aplicação das regras ordinárias da fase preparatória das contratações no âmbito do ERJ previstas no Decreto estadual nº 46.642/2019, de modo que não se aplica, consequentemente, o dispositivo referente à estimativa do valor da contratação, a qual, em situação de normalidade institucional, deveria ser feita “mediante consulta às fontes diversificadas de pesquisa”, como reza o art. 20, caput, do Decreto estadual 46.642/2020, bem como a observância aos parâmetros de *pesquisa de preços* do § 1º deste dispositivo.

Vale ressaltar que o caput do art. 4º-E, da Lei federal nº 13.979/2020 prevê que é admitida a apresentação de TR simplificado nas contratações para o enfrentamento do coronavírus, sendo certo que a pesquisa de preços é, apenas, um dos parâmetros previstos nas alíneas do inciso VI.

Se, por um lado, deve haver justificativa específica para a total ausência da estimativa de preço, como impõe o § 2º do referido dispositivo, tal não se confunde com a pesquisa de preços, ou seja, com a hipótese da alínea “e” do inciso VI: “pesquisa realizada com os potenciais fornecedores”.

Nada obstante, o § 2º, do art. 1º, do Decreto estadual nº 46.991/2020, que dispõe sobre as regras de dispensa de licitação para as contratações decorrentes do coronavírus, prevê que a estimativa de preços deverá ser obtida, “sempre que possível”, mediante 3 fontes.

Em que pese, o art. 4º do inciso VI da Lei 13.979/2020, versar sobre como deve ser constituída a estimativa de preços, **o §2º do mesmo artigo dispensa por excepcionalidade a estimativa preços mediante justificativa da autoridade competente**, tendo em vista a necessidade de enfrentamento emergencial que o caso requer, sendo um procedimento compulsório neste quadro atípico, AUTORIZO contratação sem a ampla pesquisa de mercado.

GABRIELL NEVES

Subsecretário Executivo

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos**,



Subsecretário, em 01/04/2020, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4026117** e o código CRC **2729B233**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4026117

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

PAM 0047/2020
 PAM 0048/2020
 PAM 0049/2020
 PAM 0050/2020

[Requisição](#)
[Definição de Processos](#)
[Exibição de Processos](#)

Enquadramento Legal gravado com sucesso.



PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/006812/2020

DADOS GERAIS DO PROCESSO DE COMPRA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 670
 Centro - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro
 CEP: 20071-001
 C.N.P.J: 42.498.675/0001-52

Unidade: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Data de Criação: 01/04/2020 16:09:37

Criador: DIEGO DA SILVA BARREIRA

Tipo do Processo: PAM

Tipo: Processo Padrão

Contrato por Tempo de Serviço: Não

Status: Aguardando Planejamento

Pesquisa de Mercado: 02499/2020

Anexos da Pesquisa de Mercado:

Termo de Justificativa:

Valor Total do Processo: 3.348.000,00

Tipo de Aquisição: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus

Objeto do Processo: Trata-se da solicitação de oxímetro de pulso portátil com sensor adulto.

Razão do Pedido: Atendimento as necessidades da SES.

Enquadramento Legal:

Lei Fed. 13.979/20 art.
 4º - Combate Corona
 Vírus



Gravar Enquadramento



Requisição - PAM 0050/2020

Anexos:

Item	VI. Cotado	VI.Ref.	Metodologia de Cálculo	Quantidade
1 - OXIMETRO, TIPO: PULSO PORTATIL, DISPLAY GRAFICO: VISOR LCD COLORIDO DE ALTA RESOLUCAO, TENSÃO: N/A, IMPRESSÃO: SEM IMPRESSÃO, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO E ATRAVÉS DE BATERIAS RECARREGÁVEIS COM CARREGADOR INTEGRADO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	R\$ 3720,0000 (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)	Pesquisa de Mercado	-----	900 UN
Código do Item: 6518.044.0020 (ID - 162473) HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA(20.656.202/0001-01) Justificativa: Compra Direta - Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus				
Exibir Local de Entrega				

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO

Requisições ↗

Pesquisa de Mercado ↗

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador	Pendente	Aprovado	Rejeitado	P/ aprovação	Data/Hora
-----------	----------	----------	-----------	--------------	-----------

CÉLULA DE CRÉDITO

Nenhuma Célula de Crédito foi definida para o Processo.



Retornar



Imprimir



Cancelar



Mapa de Preço

 PAM 0047/2020
  PAM 0048/2020
  PAM 0049/2020
  PAM 0050/2020

[Requisição](#)
[Definição de Processos](#)
[Mapa de Preços do Processo](#)

PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/006812/2020

Unidade Gestora do Processo: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Data de Criação do Processo: 01/04/2020 16:09:37

Criador do Processo: DIEGO DA SILVA BARREIRA

Tipo: Processo Padrão

Tipo do Processo: PAM

Pesquisa de Mercado: 02499/2020

Valor Total: R\$ 3.348.000,00

O Processo não possui itens de Banco de Preço.

MAPA DE PREÇOS		PESQUISA REALIZADA NO PERÍODO DE: 01/04/2020 até 01/04/2020		
FAMÍLIA : EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS - EQUIPAMENTOS, APARELHOS E UTENSILIOS MEDICOS-HOSPITALARES - OXIMETRO				
ITEM : (ESPECIFICAÇÃO)		OXIMETRO, TIPO: PULSO PORTATIL, DISPLAY GRAFICO: VISOR LCD COLORIDO DE ALTA RESOLUCAO, TENSÃO: N/A, IMPRESSÃO: SEM IMPRESSÃO, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO E ATRAVES DE BATERIAS RECARREGAVEIS COM CARREGADOR INTEGRADO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Cód do Item: 6518.044.0020 (ID - 162473)		
QUANTIDADE:		900		
UNIDADE DE MEDIDA:		UNIDADE		
VALOR UNITÁRIO: R\$		3720,0000		
VALOR TOTAL: R\$		3.348.000,00		
FORNECEDOR		UF	PREÇO UNITÁRIO	MARCA
HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA		RJ	3720,0000	-



Retornar



Imprimir



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Orçamento e Finanças

Trata-se de solicitação de aquisição oxímetro de pulso portátil com sensor adulto para uso em instalações provisórias e permanentes, cujo Termo de Referência 3927388 foi elaborado pela Superintendência de Logística, Suprimentos e Patrimônio - Coordenação de Material.

Considerando a autorização da Subsecretaria Executiva 3902477, quanto a tramitação emergencial referente a aquisição de oxímetro de pulso portátil com sensor adulto.

Considerando a autorização da Subsecretaria Executiva 4026117 autorizando a tramitação processual com apenas 01 (uma) proposta.

Visando atender a solicitação a Coordenação de Compras obteve até a presente data apenas 01 (uma) proposta 4013993, da empresa HEALTH SUPPLIES.

Insta salientar que a proposta foi levada até o Setor Requisitante, o qual habilitou tecnicamente a proposta 4025148, sob a alegação de que atende as especificações do Termo de Referência.

Desta forma, encaminhamos o presente processo para que seja realizada a classificação orçamentária.

Por oportuno, solicitamos posterior envio a Coordenação de Contratos para tramitação processual.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 01/04/2020, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4026995** e o código CRC **48D767F4**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4026995

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142

Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

Coordenação de Execução Orçamentária,

Conforme despacho retro da Coordenação de Compras e Licitação (4026995), segue o presente processo para Classificação Orçamentária, com posterior envio a Coordenação de Contratos para tramitação processual.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Frederico Versoça Duboc, Superintendente**, em 02/04/2020, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4044893** e o código CRC **2A53B06B**.

Referência: Processo nº SEI-08/001/016038/2019

SEI nº 1054970

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

Requisição Definição de Processos Exibição de Processos



PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/006812/2020

DADOS GERAIS DO PROCESSO DE COMPRA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 670
Centro - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro
CEP: 20071-001
C.N.P.J: 42.498.675/0001-52

Unidade: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Data de Criação: 01/04/2020 16:09:37

Criador: DIEGO DA SILVA BARREIRA

Tipo do Processo: PAM

Tipo: Processo Padrão

Contrato por Tempo de Serviço: Não

Status: Compra Finalizada

Pesquisa de Mercado: 02499/2020

Anexos da Pesquisa de Mercado:

Termo de Justificativa:

Valor Total do Processo: 3.348.000,00

Justificativa da Aprovação: A classificação foi realizada em conformidade com a lei do orçamento anual de 2020.

Tipo de Aquisição: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate

Objeto do Processo: Trata-se da solicitação de oxímetro de pulso portátil com sensor adulto.

Razão do Pedido: Atendimento as necessidades da SE

Enquadramento Legal:

Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus



Gravar Enquadramento



Requisição - PAM 0050/2020

Item	VI. Cotado	VI.Ref.	Metodologia de Cálculo
1 - OXIMETRO, TIPO: PULSO PORTATIL, DISPLAY GRAFICO: VISOR LCD COLORIDO DE ALTA RESOLUCAO, TENSÃO: N/A, IMPRESSÃO: SEM IMPRESSÃO, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO E ATRAVÉS DE BATERIAS RECARREGÁVEIS COM CARREGADOR INTEGRADO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	R\$ 3720,0000 (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)	Pesquisa de Mercado	-----
Código do Item: 6518.044.0020 (ID - 162473)			
HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA(20.656.202/0001-01)			
Justificativa: Compra Direta - Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus			

Exibir Local de Entrega

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO

Requisições 1

Pesquisa de Mercado 1

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador

BERENICE LEITE DE SOUZA

Pendente

Aprovado

Rejeitado

P/aprovação



CÉLULA DE CRÉDITO

Célula de Crédito: PT:2961.10.302.0461.8341ED4490.52.04Fonte122

2020 - R\$ 33.480,00



Retornar



Imprimir





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Contratos/SES.

Despesa: Aquisição de Equipamento - **Oxímetro de pulso portátil com sensor adulto**, para uso em instalações provisórias e permanentes (It. 01. Qt 900), para realizar **atendimento aos pacientes** suspeitos e diagnosticados com **COVID 19**, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. **TERMO DE REFERÊNCIA – 53 /2020. Solicitação da Subsecretaria Executiva (3880002)**

Empresa: HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS (Contratação: 202000)

Valor: R\$ 3.348.000,00 (4026983)

Classificação Orçamentária:

PT: 2961.10.302.0461.8341 – ED 4490.52.04 – Fonte **122**

Rio de Janeiro, de Abril de 2020.

Rosângela Ayres de Souza

Coordenação de Execução Orçamentária

ID: 1755584-1

Rio de Janeiro, 02 abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Ayres de Souza, Coordenadora**, em 02/04/2020, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4046596** e o código CRC **8CD27EE1**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4046596

Rua México 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 20656202000101

LIMPAR

Data da consulta: 03/04/2020 11:09:39
Data da última atualização: 02/04/2020 18:00:04

Clique aqui para efetuar a consulta

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	Tipo de Sanção
Nenhum registro encontrado					

[Requisição](#) | [SRP&BP](#) | [Licit&Disp](#) | [Licit & Disp Presencial](#) | [Compra Direta](#) | [Contratação](#) | [Cadastro](#) | [Gestão](#) | [Almox](#)SIGA - Sistema Integrado de Gestão de Aquisições
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FAZENDA E PLANEJAMENTO

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro

Empresa: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Usuário: THAÍS DE OLIVEIRA MARQUES



Início



Help



Suporte

Encerrar

[▶ Contratação](#) [▶ Registro de Ocorrências](#) [▶ Registro de Ocorrências dos Fornecedores](#)[▶ Lista de Empresas Fornecedoras](#)

HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA



Consultar

[▶ Status do Fornecedor: Credenciado](#)**Não existe histórico de Registro de Ocorrências para esta empresa.**

Contratação 2020001885 (Ativo)



Unidade Compradora: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
 Tipo de Aquisição: Compra Direta / Outras Compras
 Número da Aquisição: SEI-080001/006812/2020
 Tipo de Contratação: Material
 Número da Contratação: FES 2020
 Data de Vigência: 02/04/2020 a 01/10/2020

Gestores Responsáveis: ADRIANA NERY DA SILVA
 ALESSANDRA REGINA COUTINHO DE SÁ
 BERENICE LEITE DE SOUZA
 Camila Vichi de Freitas
 ERICA DANIELE DA SILVA
 LUCIANA SILVA IÓRIO
 MELISSA REIS RIBEIRO
 Monique Willeman Peçanha de Araujo
 RUAN GUIMARÃES BARROS
 THAIS DE OLIVEIRA MARQUES
 VINICIUS GUIMARÃES DE PAIVA

Empresa Contratada:

HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 20.656.202/0001-01

Avenida Doutor Mário Guimarães, 318, SALA 804, CentroNova Iguaçu, Rio de Janeiro

CEP: 26255-230

Situação: Ativo

OBSERVAÇÃO

Nenhuma observação foi incluída.

PROCESSOS VINCULADOS

Processo	Unidade Gestora	Data de Criação	Data de Modificação	Situação
SEI-080001/006812/2020	296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	01/04/2020		Compra Finalizada

ITENS

MATERIAL - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS - EQUIPAMENTOS, APARELHOS E UTENSILIOS MEDICOS-HOSPITALARES - OXIMETRO
 OXIMETRO, TIPO: PULSO PORTATIL, DISPLAY GRAFICO: VISOR LCD COLORIDO DE ALTA RESOLUCAO, TENSÃO: N/A, IMPRESSÃO: SEM IMPRESSÃO, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO E ATRAVÉS DE BATERIAS RECARREGÁVEIS COM CARREGADOR INTEGRADO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE

Código do Item: 6518.044.0020 (ID - 162473)

Unidade	Valor Unitário	Elemento de Despesa	Sub-elemento de Despesa
UN	3.720,000000	44905200	44905204
Quantidade Original	Quantidade Alterada	Quantidade Programada	Quantidade Recebida
900	0	900	0
Saldo a Programar	Saldo Atual	Percentual Alterado	
0	900	0 %	

PROGRAMAÇÃO DE ENTREGA

Entrega 1

Data: 01/10/2020

Hora: 09:00 até 18:00

Local da Entrega: AV LUIZ PALMIER, Nº 762 - BARRETO - NITEROI - RJ

Descrição

OXIMETRO, TIPO: PULSO PORTATIL, DISPLAY GRAFICO: VISOR LCD COLORIDO DE ALTA RESOLUCAO, TENSÃO: N/A, IMPRESSÃO: SEM IMPRESSÃO, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO E ATRAVÉS DE BATERIAS RECARREGÁVEIS COM CARREGADOR INTEGRADO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE

Código do Item: 6518.044.0020 (ID - 162473)

Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Situação
900	Não recebido	

PARECER JURÍDICO

Não existem Pareceres Jurídicos para esta Contratação.

NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Nenhuma Nota de Autorização de Despesa foi emitida para esta Contratação

TERMO DE ALTERAÇÃO

Etapas	Data da Alteração	Responsável
Contratação Original - Inicial	03/04/2020	GABRIEL CARVALHO NEVES F. DOS SANTOS

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador		Data/Hora
(0) GABRIEL CARVALHO NEVES F. DOS SANTOS	● Pendente ● Aprovado ● Rejeitado ● P/Aprovação	02/04/2020 17:53



Imprimir



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Orçamento e Finanças /SES

Trata-se da aquisição de OXÍMETRO DE PULSO PORTATIL COM SENSOR ADULTO.

Encaminhamos o presente processo após contratação no SIGA.

Ressaltamos que em consulta no SIGA e no cadastro de empresas inidôneas e suspensas (CEIS), até a presente data a empresa não está impedida de contratar.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2020

Maria Luiza Lessa

Coordenação de Contratos

ID: 4336438-1



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luiza Lessa, Coordenadora**, em 03/04/2020, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4058627** e o código CRC **E37CEE96**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4058627

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Execução Orçamentária,

Conforme despacho da Coordenação de Contrato às fls. retro (4058627), segue o presente para emissão de Nad e Empenho.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Frederico Versoça Duboc, Superintendente**, em 03/04/2020, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4062399** e o código CRC **B4499140**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4062399

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES
FUNDO ESTADUAL DE SAUDE

CONFERIDA

01-No. do processo E-08/ 001/006.812/2020	
02-Data 24/03/2020	03-Folha
04-Rubrica	

Nota de Autorização de Despesa - NAD - 2020001885000161

Bloco 1 - Dados de Identificação

05 - Especificação da NAD/Evento 1-Empenhamento da Despesa (400091) 2-Reforço de Empenho (400092) 1 3-Anulação do empenho (400093) 4-Canc. restos a pagar de exec. imediat. anterior (400094) 5-Canc. restos a pagar de outros exercícios (400097)	06-Categoria de gastos 1-Pessoal e Encargos 2-Juros e Enc. Dívida Interna 5 3-Juros e Enc. Dívida Externa 4-Despesas Correntes 5-Investimentos	6-Inversões Financeiras 7-Amort. Dívida Interna 8-Amort. Dívida Externa 9-Out.Desp.Cap.
--	--	--

Bloco 2 - Dados do Órgão

07-Secretaria/Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES		08-Unidade Orçamentária. 2961	09-Adiantamento 2 1-Sim 2-Não
10-Unidade Gestora Executora FUNDO ESTADUAL DE SAUDE		11-Unidade Orçamentária FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	
12-Programa de trabalho 2961.10.302.0460.1094	13-P.t.resumido 291094	14-Fonte detalhada 00	15-Nat. despesa 44905204
16-Tipo de crédito 1 1-Orçamento Geral e Suplementar 2-Especial 3-Extraordinário	17-Domicílio bancário Banco 237	Agência 6898-5	Conta corrente 2720-0

Bloco 3 - Dados de Identificação do Favorecido

18-Nome HEALTH SUPPLIES COMÉ.DE MAT. MED. CIR. HOSP.LTDA			
19-Endereço AVDOUTOR MÁRIO GUIMARÃES		20-Domicílio bancário Banco 033	Agência 3934
21-Cidade RIO DE JANEIRO		22-Estado RJ	23-CEP 26255230
24-Código 1 1 - CNPJ 3 - INSCR.GENÉRICA 2 - CPF 4 - UG/GESTÃO	25-Número 20.656.202/0001-01	26-Insc. estadual	27-Insc.municipal

Bloco 4 - Dados para Emissão de Empenho/Anulação

28-Espécie 3 1-Ordinário 3-Estimativo 5-Global	29-Valor 3.348.000,00
30-Valor por extenso TRES MILHOES, TREZENTOS E QUARENTA E OITO MIL REAIS	
31-Descrição da despesa CONTRATO 032/2020 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO - OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO, PARA USO EM INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS E PERMANENTES (IT. 01. QT 900), PARA REALIZAR ATENDIMENTO AOS PACIENTES SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19, COM BASE NA LEIº 13.979 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020, ARTIGO 4º, E AINDA O DECRETO Nº 46.966 DE 11 DE MARÇO DE 2020. TERMO DE REFERÊNCIA - 53 /2020. SOLICITAÇÃO DA SUBSECRETARIA EXECUTIVA (3880002)	

Bloco 5 - Cronograma de desembolso

Janeiro	0,00	Maio	0,00	Setembro	0,00
Fevereiro	0,00	Junho	0,00	Outubro	0,00
Marco	0,00	Julho	0,00	Novembro	0,00
Abril	3.348.000,00	Agosto	0,00	Dezembro	0,00

Bloco 6 - Dados da Licitação

32-Tipo 5 0-Pregão Presencial 1-Concurso 2-Convite 3-Tomada de preços	4-Concorrência 5-Dispensa 6-Inexigível 7-Não aplicável	8-Sup. Fundos 9-Pregão Eletrônico 10-Ad.Reg.Preço Int Pregão 11-Ad.Reg.Preço Int Concorrência	12-Ad.Reg.Preço Ext.Pregão 13-Ad.Reg.Preço Ext.Concorrência	33-Data de abertura	34-Número	35-Contrato formal 1 1-Sim 2-Não
36-Base legal LEI FEDERAL NO. 8.666/1993						

Bloco 7 - Autenticações

37-EMISSION CAMILA VICHI DE FREITAS ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	38-Ato de delegação	39-Matricula 049954	40-Data
41-ORDENADOR GABRIEL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS SUBSECRETARIO EXECUTIVO	42-Ato de delegação RESOLUÇÃO SES1986/2020	43-Matricula 5010163-3	44-Data
45-RATIFICADOR	46-Ato de delegação	47-Matricula	48-Data

PORTARIA CG Nº. 15 DE 18 DE DEZEMBRO/98



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos**,
Subsecretário, em 03/04/2020, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento
nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador
4062623 e o código CRC **11C8A81C**.



Nota de Empenho

Encerrado até Fevereiro

Identificação				
Unidade Gestora 296100 - FES		Número do Documento 2020NE02508	Data de Emissão 03/04/20	
Credor 20656202000101 - HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA		Valor 3.348.000,00 (Três milhões e trezentos e quarenta e oito mil de reais)		
Tipo de Empenho		NE Original		
Classificação				
Natureza	449052 - Equipamentos e Material Permanente			
Unidade Orçamentária	29610 - Fundo Estadual de Saúde F			
Programa de trabalho	10.302. 0460. 1094 - Construção, Reforma e Aparelhamento de Unidades de Saúde			
Id. uso	0 - Não destinado à contrapartida			
Fonte	100 - Ordinários Provenientes de Impostos			
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - Sem Detalhamento			
Detalhamento de Fonte	000000 - Sem detalhamento			
Tipo de Área Geográfica	2 - ESTADO			
Área Geográfica	3300000 - ESTADO			
Plano Interno	000000000000 - Plano Interno nao identificado			
Unidade Gestora Responsável	000000 - UG não identificada			
LME	03 - Manutenção, atividades e projetos finalísticos			
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado			
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado			
Contrato	20000544 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO COVID 19			
Programa de Financiamento Externo/Interno	0 - Indefinido			
Chave SIGA	2020001885000161			
Detalhamento				
Modalidade do empenho	Estimativo	Modalidade de Licitação	05 - Dispensa	Embasamento Legal art 24º
Origem de Material	1 - Origem nacional	Data de Entrega		Local de Entrega
Processo	SEI-080001/006812/20	UF	Rio de Janeiro	Município Rio de Janeiro
Itens				
Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor	
Bens Móveis - Equipamentos e Material Permanente	04 - APARELHOS E UTENSÍLIOS MEDICO-ODONTOLOGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR		3.348.000,00	
Cronograma				
Abril	3.348.000,00			
Saldo Dotação				
Crédito disponível Antes NE	73.160.377,13	Crédito indisponível Antes NE	0,00	Valor do Empenho 0,00 Saldo Após Empenho 69.812.377,13
Observação				
Contrato 032/2020 - Aquisição de Equipamento - Oxímetro de pulso portátil com sensor adulto, para uso em instalações provisórias e permanentes (It. 01. Qt 900), para realizar atendimento aos pacientes suspeitos e diagnosticados com COVID 19, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. TERMO DE REFERÊNCIA - 53 /2020. Solicitação da Subsecretaria Executiva (3880002)				
Produtos				
Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1	UN	3.348.000,00	3.348.000,00
Descrição: Contrato 032/2020 - Aquisição de Equipamento - Oxímetro de pulso portátil com sensor adulto, para uso em instalações provisórias e permanentes (It. 01. Qt 900), para realizar atendimento aos pacientes suspeitos e diagnosticados com COVID 19, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. TERMO DE REFERÊNCIA - 53 /2020. Solicitação da Subsecretaria Executiva (3880002)				



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva/SES.

C/v: A Coordenação de Contratos

Após a emissão da NAD 0161 e Nota de Empenho nº 2508 , informamos.

Despesa: Contrato 032/2020 - Aquisição de Equipamento - **Oxímetro de pulso portátil com sensor adulto**, para uso em instalações provisórias e permanentes (It. 01. Qt 900), para realizar **atendimento aos pacientes** suspeitos e diagnosticados com **COVID 19**, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. **TERMO DE REFERÊNCIA – 53 /2020. Solicitação da Subsecretaria Executiva (3880002)**

Empresa: HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS (Contratação: 2020001885)

Valor: R\$ 3.348.000,00 (4026983)

Classificação Orçamentária:

PT: 2961.10.302.0461.1094 – ED 4490.52.04 – Fonte **100**

Rio de Janeiro, de Abril de 2020.

Rosângela Ayres de Souza

Coordenação de Execução Orçamentária

ID: 1755584-1

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Ayres de Souza, Coordenadora**, em 03/04/2020, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4063222** e o código CRC **7D3D2790**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4063222

Rua México 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À ASSESSORIA DE CONTABILIDADE/SES.

Autorizo a despesa descrita na NAD nº **20200011885000161**, documento, 4063209 referente ao contrato 032/2020 - Aquisição de Equipamento - **Oxímetro de pulso portátil com sensor adulto**, para uso em instalações provisórias e permanentes (lt. 01. Qt 900), para realizar **atendimento aos pacientes** suspeitos e diagnosticados com **COVID 19**, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. **TERMO DE REFERÊNCIA – 53 /2020. Solicitação da Subsecretaria Executiva (3880002).**

Desse modo, segue para liquidação e certificação da despesa, caso a instrução permita, com posterior envio a Coordenação de Execução Financeira para emissão da programação de desembolso e pagamento.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2020

Gabriell Neves
Subsecretário Executivo
ID: 5010163-3



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 03/04/2020, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4064169** e o código CRC **99CB5813**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva / SES

Visando preservar o Ordenador de Despesa e evitar a liquidação da despesa em duplicidade, encaminhamos o presente **processo administrativo** em devolução.

Everaldo Cruz
Coordenador da Assessoria de Contabilidade - SES
ID. 2035122-4

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo antonio da silva cruz, Coordenador**, em 03/04/2020, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4065871** e o código CRC **CCB3F684**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4065871

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

TERMO DE CANCELAMENTO DO DOCUMENTO SEI (4064169)

Para todos os efeitos, o documento abaixo especificado não possui validade pelas razões a seguir apresentadas.

Número SEI do Documento	4064169
Tipo do documento	Despacho de encaminhamento de Processo
Razão da Invalidação	Despacho com erro

Rio de Janeiro, 06 abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 06/04/2020, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4074700** e o código CRC **D5F77251**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4074700



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À ASSESSORIA DE CONTABILIDADE/SES.

Autorizo a despesa descrita na NAD nº **000161**, documento nº 4062623, referente ao contrato 032/2020 - Aquisição de Equipamento - **Oxímetro de pulso portátil com sensor adulto**, para uso em instalações provisórias e permanentes (It. 01. Qt 900), para realizar **atendimento aos pacientes** suspeitos e diagnosticados com **COVID 19**, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. **TERMO DE REFERÊNCIA – 53 /2020. Solicitação da Subsecretaria Executiva (3880002).**

Desse modo, segue para liquidação e certificação da despesa, caso a instrução permita, com posterior envio a Coordenação de Execução Financeira para emissão da programação de desembolso e pagamento.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2020

Gabriell Neves
Subsecretário Executivo
ID: 5010163-3



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 06/04/2020, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4075555** e o código CRC **36783137**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4075555

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Orçamento e Finanças / SES

Encaminhamos o presente **processo administrativo** conforme solicitação desta Superintendência.

Everaldo Cruz

Coordenador da Unidade de Contabilidade - SES

ID. 2035122-4

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo antonio da silva cruz, Coordenador**, em 06/04/2020, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4078221** e o código CRC **63C4ECBE**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4078221

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Contratos/SES

Encaminhamos o presente para conhecimento da Classificação Orçamentária da despesa.

Carlos Frederico Verçosa Duboc
Superintendente de Orçamento e Finanças
ID 5097645-1

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Frederico Versoça Duboc, Superintendente**, em 06/04/2020, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4081106** e o código CRC **D31D358B**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4081106

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Microempresa

Nome

HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA

Código Ato

Eventos

002

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR APARECIDA MARIA PEREIRA DA SILVA LOPES SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 10/03/2020 e arquivado em 11/03/2020


Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

10

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA

NIRE: 332.1052771-1 Protocolo: 00-2020/047231-3 Data do protocolo: 09/03/2020

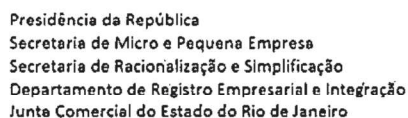
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 11/03/2020 SOB O NÚMERO 00003861569 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 673149459C7CC04D7F511933AC5843CB0A7604648A74853CB7A64DF3EB4418B6

Para validar o documento acesse <http://www.juceria.ri.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 1/10





JUCERJA - Sede

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1052771-1

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial!

Microempresa

Data de criação do protocolo na web: 03/03/2020
15:02:44

00-2020/047231-3

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS,
HOSPITALARES LTDA**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Local

Data

Representante legal da empresa

Nome:	VERÔNICA RAMOS
Assinatura:	Verônica Ramos
Telefone de contato:	2221-8036
E-mail:	qualidade@analiticadobrasil.com.br
Tipo de documento:	Híbrido
Data de criação:	03/03/2020
Data da 1ª entrada:	



00-2020/047231-3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA

NIRE: 332.1052771-1 Protocolo: 00-2020/047231-3 Data do protocolo: 09/03/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 11/03/2020 SOB O NÚMERO 00003861569 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 673149459C7CC04D7F511933AC5843CB0A7604648A74853CB7A64DF3EB4418B6

Para validar o documento acesse <http://www.fuceria.ri.gov.br/servicos/chancelariadigital/>, informe o nº de protocolo.

Pag. 2/10



HEALTH SUPPLIES

**3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA
HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS E HOSPITALARES LTDA.
CNPJ SOB O Nº 20.656.202/0001-01
NIRE Nº 3321052771-1**

Pelo presente instrumento particular

MARCELO MONTEIRO PRADO, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

CARLOS FREDERICO LORETTI DA SILVEIRA, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada "HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA", na Rua Doutor Mário Guimarães, nº 318 – sala 804 – Centro, Nova Iguaçu, RJ – CEP:26255-230, inscrita no CNPJ sob o nº 20.656.202/0001-01, registrada inicialmente no RCPJ sob o nº 262064 em 15/07/2014 e inscrita por transformação de sociedade na JUCERJA em 13/04/2018 sob o NIRE nº 3321052771-1, resolvem de pleno e comum acordo alterar o contrato social mediante as seguintes cláusulas e condições:

1ª) A sociedade adotará como nome fantasia HS HOSPITALAR.

2ª) A sociedade altera ainda as atividades da sociedade para:

- Distribuição de produtos para saúde
- Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, odontológico, hospitalar e laboratórios, inclusive para uso técnico, profissional e médico;
- Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, cirúrgico e laboratorial, inclusive para uso técnico, profissional e médico;
- Comércio atacadista de instrumentos, materiais, máquinas, aparelhos, e equipamentos e mobiliário para uso médico, cirúrgico, hospitalar, odontológico e laboratorial, inclusive para uso técnico, profissional, médico, para clínicas (médicas, veterinárias e de fisioterapias) e consultórios;
- Comércio Atacadista de Cosméticos e Produtos de Perfumaria;
- Comércio Atacadista de Material de limpeza e higiene para uso veterinário;
- Comércio Atacadista de produtos e higiene, limpeza e conservação domiciliar
- Produtos saneantes, detergentes, sabão, alvejantes,
- Comércio Atacadista de produtos de higiene pessoal;
- Comércio Atacadista de artigos descartáveis em geral (copos, talheres, guardanapos, embalagens para alimentos preparados);
- Comércio atacadistas de embalagens de material sustentável como as embalagens de material biodegradável e ecológica;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA

NIRE: 332.1052771-1 Protocolo: 00-2020/047231-3 Data do protocolo: 09/03/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 11/03/2020 SOB O NÚMERO 00003861569 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 673149459C7CC04D7F511933AC5843CB0A7604648A74853CB7A64DF3EB4418B6

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/autenticacao> ou <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/autenticacao>



- Comércio Atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação Hospitalar como saneantes, detergentes, sabão, alvejantes.
- Artigos de vestuário de cama, mesa e banho médico/hospitalar
- Importação e Exportação.

3º) Permanecem em vigor as demais cláusulas não mencionadas na presente alteração.

4º) À vista da modificação ora ajustada, e para total adequação a lei 10.406/02, consolida-se o presente contrato social, de acordo com a seguinte redação:

HEALTH SUPPLIES

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA
HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS E HOSPITALARES LTDA.
CNPJ SOB O Nº 20.656.202/0001-01**

MARCELO MONTEIRO PRADO, [REDACTED]

CARLOS FREDERICO LORETTI DA SILVEIRA, [REDACTED]

A sociedade empresária limitada, será regida pela Lei nº 10.406, de 10/01/2002 (novo Código Civil), bem como pelas seguintes cláusulas e condições:

DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FILIAIS:

Cláusula Primeira:

A sociedade empresária será denominada de "HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA", com sede na Rua Doutor Mário Guimarães, nº 318 – sala 804 – Centro, Nova Iguaçu, RJ – CEP:26255-230, inscrita no CNPJ sob o nº 20.656.202/0001-01, podendo, ainda, por deliberação dos sócios, abrir outras filiais, agências, sucursais, escritórios ou qualquer outro tipo de estabelecimento, mediante alteração contratual, em todo o território nacional.

Parágrafo Único - A sociedade utilizará o nome fantasia de "HS HOSPITALAR"

(Art. 997, II, do nCC).

OBJETO SOCIAL:

Cláusula Segunda: O Objeto social da sociedade é:

- Distribuição de produtos para saúde
- Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, odontológico, hospitalar e laboratórios, inclusive para uso técnico, profissional e médico;
- Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, cirúrgico e laboratorial, inclusive para uso técnico, profissional e médico;

2

- Comércio atacadista de instrumentos, materiais, máquinas, aparelhos, e equipamentos e mobiliário para uso médico, cirúrgico, hospitalar, odontológico e laboratorial, inclusive para uso técnico, profissional, médico, para clínicas (médicas, veterinárias e de fisioterapias) e consultórios;
- Comércio Atacadista de Cosméticos e Produtos de Perfumaria;
- Comércio Atacadista de Material de limpeza e higiene para uso veterinário;
- Comércio Atacadista de produtos e higiene, limpeza e conservação domiciliar
- Produtos saneantes, detergentes, sabão, alvejantes,
- Comércio Atacadista de produtos de higiene pessoal;
- Comércio Atacadista de artigos descartáveis em geral (copos, talheres, guardanapos, embalagens para alimentos preparados);
- Comércio atacadistas de embalagens de material sustentável como as embalagens de material biodegradável e ecológica;
- Comércio Atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação Hospitalar como saneantes, detergentes, sabão, alvejantes.
- Artigos de vestuário de cama, mesa e banho médico/hospitalar
- Importação e Exportação.

PRAZO:

Cláusula Terceira: A sociedade vigorará por prazo indeterminado contado da data do registro do ato de Constituição. (Art. 997, II, do nCC).

CAPITAL SOCIAL:

Cláusula Quarta: O capital social é de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil Reais), totalmente, subscrito em moeda corrente do país, dividido em 300.000,00 (Trezentos mil) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (Um Real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios na seguinte proporção:

SÓCIOS	QUOTAS	PERCENTUAL PARTICIPAÇÃO	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
MARCELO MONTEIRO PRADO	150.000,00	50%	R\$ 102.289,88	47.710,12
CARLOS FREDERICO LORETTI DA SILVEIRA	150.000,00	50%	R\$ 102.289,88	47.710,12
TOTAL	300.000,00	100%	R\$ 204579,75	95.420,25

Parágrafo Único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela efetiva integralização das quotas que compõem o capital social, nos termos do art. 1.052, da Lei nº 10.406/2002.

DA INDIVISIBILIDADE DAS COTAS

Cláusula Quinta: As cotas de capital social da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento do(s) sócio(s) remanescente(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente (arts. 1.056 e 1.057 do nCC).

DISSOLUÇÃO E LIQUIDACÃO DA SOCIEDADE:

Cláusula Sexta: A Sociedade será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação, unânime dos sócios, os quais nomearão um liquidante e fixarão sua remuneração. Nessa hipótese, os haveres da sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios em proporção ao número de cotas que cada um possuir.

§ 11 - Na emissão de cheques, títulos e demais documentos que obriguem a sociedade, exigir-se-á a assinatura dos sócios individualmente.

RETIRADA DE PRÓ-LABORE

Cláusula Nona: As retiradas a título de pró-labore aos sócios administradores poderão ser feitas mensalmente. Os valores serão definidos entre os sócios, dentro dos limites fixados por Lei, e serão debitados na conta pró-labore da sociedade, respeitando a situação financeira da empresa e legislação vigente do imposto de renda.

CESSÃO E ONERAÇÃO DE QUOTAS

Cláusula Décima: A entrada de novos sócios dependerá da aprovação unânime dos sócios. Nenhum sócio poderá ceder ou transferir qualquer de suas cotas a terceiros sem previamente oferecer ao outro sócio o direito de adquiri-la, para admissão de novo sócio.

§ 1º - O sócio retirante responde solidariamente com o cessionário até dois anos depois de averbada a modificação do contrato social, perante a sociedade e terceiros pelas obrigações que tinha como sócio. (§ único do art. 1003 do nCC)

§ 2º - A cessão total ou parcial de cota sem a correspondente modificação do contrato social e sem o consentimento dos demais sócios não terá eficácia quanto a estes e à sociedade (art. 1.003 do nCC).

RETIRADA DE SÓCIOS

Cláusula Décima Primeira: Na hipótese de a deliberação de sócios resultarem em alteração do presente Contrato Social, caberá ao eventual sócio dissidente a faculdade de retirar-se da Sociedade, devendo este comunicar por escrito esta pretensão à Sociedade e aplicando-se, para efeito de pagamento do valor do reembolso de suas quotas, as regras previstas nesta cláusula.

§ 1º - O sócio que exercer seu direito de retirada pode exigir, quando da retirada, o pagamento do reembolso de suas quotas, cujo valor será fixado com base no patrimônio líquido da Sociedade na data da deliberação que deu causa à dissidência, conforme balanço especial a ser levantado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da notificação de retirada.

§ 2º - O valor do reembolso será pago ao sócio dissidente em 36 (trinta e seis) prestações mensais iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo índice IGPM, divulgado pela FGV, vencendo-se a primeira dentro de 30 dias contados da data do balanço especial e as demais em igual dia dos meses subseqüentes.

DA EXCLUSÃO DE SÓCIO

Cláusula Décima Segunda: Quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade por justa causa, mediante alteração contratual (art. 1085 do nCC).

§ 1º - A exclusão será determinada em reunião, convocada especialmente para esse fim, notificando-se o sócio acusado com a antecedência de quinze (15) dias para o seu comparecimento e o exercício do direito de defesa (§ único do art. 1.085 do nCC).

§ 2º - Em caso de exclusão de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, continuando a existir com os sócios remanescentes. Após o registro da alteração contratual, deve ser levantado balanço especial para a apuração dos haveres, conforme estipulado no parágrafo segundo da cláusula décima primeira. (art. 1.086 do nCC).

§ 3º - A exclusão do sócio não o exime, até dois anos após a averbação, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores e, pelas obrigações posteriores, por dois anos, enquanto não requerer a averbação.

5

EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Cláusula Décima Terceira: O exercício social terá início em 1º (primeiro) de janeiro e terminará em 31 (trinta e um) de dezembro. Ao fim de cada exercício, será levantado o balanço patrimonial correspondente ao mesmo e preparadas as demonstrações financeiras exigidas por Lei. A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

Parágrafo Único - Os sócios deliberarão sobre o balanço patrimonial e sobre as contas em reunião, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, sendo esta dispensada quando todos os sócios decidirem sobre o assunto por escrito (**art. 1078 c/c 1.072, § 3º, do nCC**).

Cláusula Décima Quarta: Os lucros líquidos poderão ser apurados e distribuídos mensalmente, trimestralmente, semestralmente ou anualmente através de balancetes, seguindo os critérios abaixo:

§ 1º - Dos resultados apurados em cada exercício fiscal, serão, inicialmente, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão relativa aos impostos e contribuições sobre o lucro. O lucro remanescente terá a destinação que vier a ser deliberada pelos sócios, observados os termos do § 2º abaixo.

§ 2º - A sociedade fará distribuição dos resultados, **desproporcionalmente aos percentuais de participação** do quadro societário, segundo autoriza o art. 1.007 da lei 10.406/2002.

§ 3º - A Sociedade poderá por deliberação dos sócios, levantar balanços intercalares, distribuir dividendos intermediários e fica autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelecido o artigo 1.059 da lei 10.406/2002.

§ 4º - A sociedade será dispensada da publicação dos balanços de encerramento de exercícios sociais.

MORTE, FALÊNCIA INSOLVÊNCIA OU DISSOLUÇÃO DOS SÓCIOS

Cláusula Décima Quinta

A morte ou falência, insolvência ou dissolução dos sócios produzirá a resolução do Contrato Social relativamente ao sócio falecido, falido, insolvente ou dissolvido, continuando a Sociedade a operar normalmente os negócios sociais com os sócios remanescentes.

§ 1º - O sucessor do sócio falecido, impedido, falido, dissolvido, liquidado ou extinto terá o direito de receber a quantia correspondente às respectivas quotas, mediante a apuração de haveres da Sociedade, cujo valor será fixado com base no patrimônio líquido da Sociedade, na data do evento que deu causa à sucessão, conforme balanço especial a ser levantado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do referido evento.

§ 2º - Os haveres apurados serão pagos ao sucessor do sócio falecido, impedido, falido, dissolvido, liquidado ou extinto, em 36 (trinta e seis) prestações mensais, iguais e sucessivas, corrigida monetariamente pelo índice IGP-M, divulgado pela FGV, vencendo-se a primeira dentro de 30 (trinta) dias contados da data do balanço especial e as demais parcelas em igual dia dos meses subsequentes.

§ 3º - A morte do sócio não exime seus herdeiros das responsabilidades pelas obrigações sociais. (**art. 1.032 do nCC**).

§ 4º - A entrada dos herdeiros na sociedade é permitida desde que, aprovada pelos atuais sócios.

REGIME JURÍDICO

Cláusula Décima Sexta

A Sociedade será regida pelas disposições do NCC aplicáveis às sociedades limitadas (Lei nº 10.406/2002, Capítulo IV, do Subtítulo II, do Título II, do Livro II, da Parte Especial), e subsidiariamente, pelas normas aplicáveis às sociedades anônimas (Lei nº 6.404/78).

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DOS SÓCIOS:

Cláusula Décima Sétima : Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (NCC, art. 1011, § 1º)

FORO

Cláusula Décima Oitava: Os sócios elegem o foro central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

E por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social, **em 1 (uma) via**, com destino registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, para que se produza os efeitos legais.

Rio de Janeiro, 05 de Fevereiro de 2020.

MARCELO MONTEIRO TRABO

CARLOS FREDERICO ROBERTO DA SILVEIRA

26º OFÍCIO
DO RIO

26º OFÍCIO
DO RIO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM
RJP2000039948

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) HEALTH SUPPLIES COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS, CIRURGICOS, HOSPITALARES LTDA	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 20.656.202/0001-01
--	--

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

- 244 Alteração de atividades econômicas (principal e secundárias)**
221 Alteração do título do estabelecimento (nome de fantasia)

Número de Controle: RJ55284972 - 20656202000101

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ

☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO	CPF DO PREPOSTO
------------------	-----------------

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

<input checked="" type="checkbox"/> Responsável		<input type="checkbox"/> Preposto	
NOME MARCELO MONTEIRO PRADO		CPF [REDAZIDO]	
LOCAL E DATA Rio de Janeiro, 04 de março de 2020		ASSINATURA (com firma reconhecida) [REDAZIDO]	

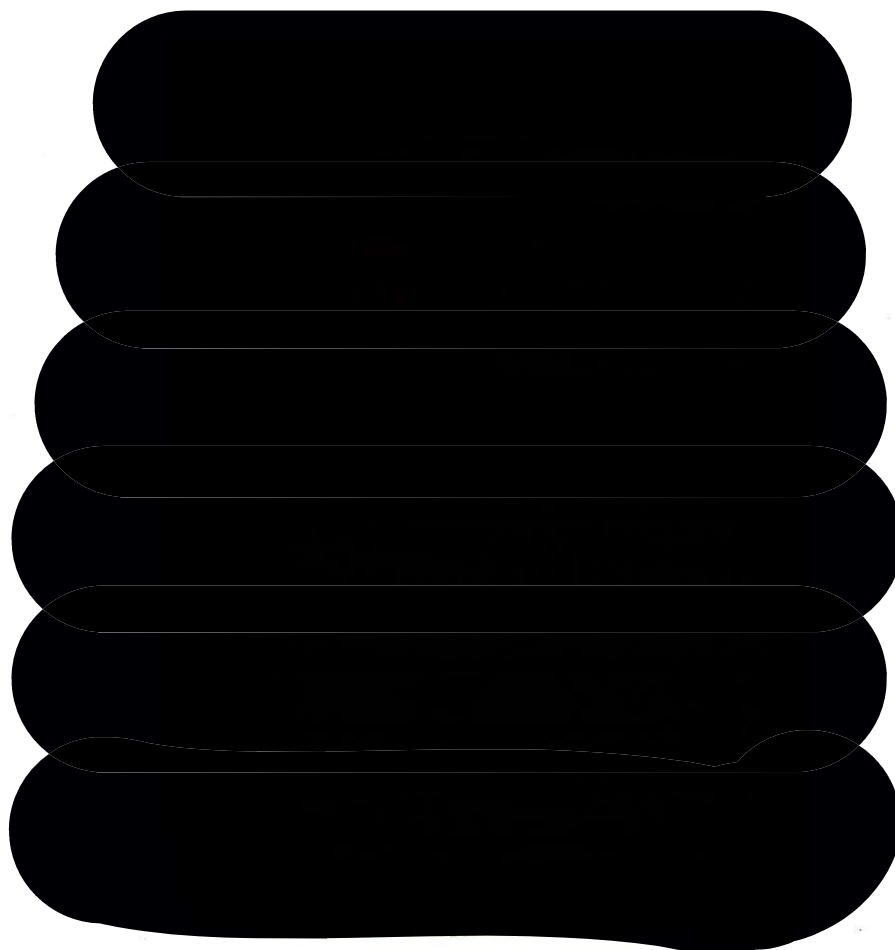
06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018



[illegible][illegible]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.656.202/0001-01 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/07/2014
NOME EMPRESARIAL HEALTH SUPPLIES COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS, CIRURGICOS, HOSPITALARES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) HS HOSPITALAR		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças 46.84-2-99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente 46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV DOUTOR MARIO GUIMARAES	NÚMERO 318	COMPLEMENTO SALA 804
CEP 26.255-230	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO NOVA IGUACU
UF RJ		ENDEREÇO ELETRÔNICO
TELEFONE (21) 2221-1222		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/07/2014
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **11/03/2020** às **12:24:25** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: HEALTH SUPPLIES COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS, CIRURGICOS, HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 20.656.202/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:04:07 do dia 11/02/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/08/2020.

Código de controle da certidão: **0517.2D02.FC1D.FB9B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº: 03-2020/545422

Código de verificação de autenticidade: a4ba609e1e923a50da6d66d2388aa37d

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ: 20.656.202/0001-01	CAD-ICMS: Ativo
NOME / RAZÃO SOCIAL: HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS,	
<p>CERTIFICAMOS, para os fins de direito, e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a RECEITA ESTADUAL para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 25/03/2020 ÀS 08:52:08 VÁLIDA ATÉ: 23/06/2020</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004.</p> <p>A autenticidade desta certidão pode ser confirmada pela Internet (http://www10.fazenda.rj.gov.br/SATI-FiscoFacil/publico/autenticidadeHashCertidao/consultaAutenticidadeHash.xhtml).</p> <p>A verificação de débitos é efetuada pelo CNPJ do requerente, abrangendo sua regularidade fiscal e de estabelecimentos que porventura possuir com mesma raiz de CNPJ. A razão social, quando indicada, é informação apenas ilustrativa.</p> <p>O campo CAD-ICMS atesta a situação do CNPJ do requerente no Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS: ATIVO - estabelecimento inscrito e ativo; DESATIVADO - estabelecimento inscrito e desativado; NÃO INSCRITO - estabelecimento sem qualquer inscrição. No caso de estabelecimento inscrito no CAD-ICMS, sua identificação deverá ser obtida pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (www.fazenda.rj.gov.br).</p> <p>A condição de não-inscrito ou desativado não desobriga o requerente de possuir inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro caso exerça atividade relacionada no artigo 20 do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014.</p>	



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, referente ao pedido **32508/2020**, que no período de **1977 até 10/03/2020 NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o contribuinte abaixo:

RAZÃO SOCIAL: HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CURÚRGICOS, HOSPITALARE

CNPJ: 20.656.202/0001-01 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 11.12197.7

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço <http://www.dividaativa.rj.gov.br>.

CÓDIGO CERTIDÃO: NCXV.5210.7160.0H91

Esta certidão tem validade até 08/09/2020, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a data da pesquisa cadastral realizada em 12/03/2020 às 07:58:38.7, conforme artigo 11 da Resolução N. 2690 de 05/10/2009.

Em caso de dúvida, recorra a PROCURADORIA:

Procurador - da Dívida Ativa

Rua do Carmo, 27 Térreo, Centro

Emitida em 12/03/2020 às 09:59:13.6



PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS

Data: 08/04/2020
Hora: 08:05

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS
EMIÇÃO ELETRÔNICA**

Número da Certidão

2020/002987

Nº de Controle da Autenticidade

502.475.538.387

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

C.N.P.J./C.P.F. 20.656.202/0001-01	Nome do Contribuinte HEALTH SUPPLIES COM. DE MAT. MEDICOS, CIRURGICOS, HOSP. LTDA		
Endereço Completo (Logradouro, Número e Complemento) AV DOUTORMARIO GUIMARAES, Nº 318 , SALA:804			
Bairro CENTRO	CEP 26255230	Cidade NOVA IGUAÇU	UF RJ

PARECER DA CERTIDÃO

Certificamos que o requerente acima identificado encontra-se quite com as suas obrigações tributárias no município de Nova Iguaçu. Esta certidão refere-se a todos os tributos municipais (IPTU, ITBI, ISS, TAXAS IMOBILIÁRIAS, TAXAS INCIDENTES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA E CONTRIBUIÇÕES). Não consta débito inscrito no Livro da Dívida Ativa para o(s) cadastro(s) analisado(s). Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima identificado que porventura vierem a ser apuradas posteriormente (Art. 798 da Lei Complementar 3411/02, com nova redação da Lei Complementar 014/05).

INSCRIÇÕES VINCULADAS AO REQUERENTE

MERCANTIS: 54425-6

IMOBILIÁRIAS:

VALIDADE: 90 (noventa) dias, a partir da data de emissão.

OBSERVAÇÕES

A aceitação desta certidão está condicionada à inexistência de emendas ou rasuras, bem como à verificação de sua autenticidade através do site <http://receita.novaiguacu.rj.gov.br:8080/pc>

Emitida Gratuitamente em: 08/04/2020 08:05:39

NOVA IGUAÇU, 08 de Abril de 2020

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 20.656.202/0001-01

Razão Social: HEALTH SUPPLIES COM DE MAT MEDICOS CIR H

Endereço: AV DOUTOR MARIO GUIMARAES 318 SALA 804 / CENTRO / NOVA IGUACU
/ RJ / 26255-230

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/03/2020 a 13/07/2020

Certificação Número: 2020031602495232143409

Informação obtida em 01/04/2020 18:01:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: HEALTH SUPPLIES COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS, CIRURGICOS,
HOSPITALARES LTDA

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 20.656.202/0001-01

Certidão nº: 7201333/2020

Expedição: 25/03/2020, às 10:45:59

Validade: 20/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **HEALTH SUPPLIES COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS, CIRURGICOS, HOSPITALARES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **20.656.202/0001-01**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



CERTIDÃO

2020.0205230.134-1

Modelo Fazendário

O Responsável pelo gerenciamento do Distribuidor Oficializado desta Comarca, designado na forma da lei, CERTIFICA com referência aos assuntos mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos abrangendo todo o inciso III do Artigo 21 da CNCJ - Parte Judicial, das distribuições em curso relativos a:

I - Ações privativas das Varas Empresariais, como Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais;

II - Ações privativas das Varas de Fazenda Pública;

III - Ações privativas das Varas de Dívida Ativa Municipal;

IV - Ações privativas das Varas de Dívida Ativa Estadual;

V - Ações privativas das Varas de Dívida Ativa Federal, desde:

vinte e oito de fevereiro de dois mil até vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte,

NADA CONSTA no(s) nome(s) de HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS CIRÚRGICOS E HOSPITALARES LTDA e CNPJ: 20.656.202/0001-01, pesquisado(s) por semelhança, dados esses fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão n° 2020.0205230.134-1, arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.

Finalidade declarada pelo requerente: Concorrência e Licitação - .

LUIZ CLAUDIO CARVALHO - Matr. 18429 - TECNICO DE ATIVIDADE JUDICIARIA deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 28/02/2020 17:15:56

Nova Iguaçu, 28 de fevereiro de 2020.

BUSCA:	TAB16-1	18,4
CERTIDÃO:	TAB19-8	42,84
RESSAG:	Lei 6370/12	0,85
FETJ:	Lei 3217/99	12,24
FUNARPEN:	Lei 6281/12	2,44
FUNPERJ:	Lei 111/06	3,06
FUNDPERJ:	Lei 4664/05	3,06
TOTAL:		82,89

Nº GRERJ: 2082480244046

✓ Válido somente com Selo de Fiscalização.

✓ A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página <http://www4.tjrj.jus.br/portal-extrajudicial/certidao>

✓ Certidão Emitida nos termos Art. 31 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro – Parte Extrajudicial.

✓ Provimento CGJ nº 51/2018 regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

✓ Documento emitido por processamento Eletrônico. Qualquer emenda ou rasura será considerada como indício de adulteração ou tentativa de fraude.

✓ Esta Certidão Eletrônica estará disponível para *download* pelo período de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.



Rio de Janeiro, 03 de Abril de 2020.

DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO MUNICIPAL Nº 23.445/03

À
SECRETARIA de ESTADO de SAÚDE – SES/RJ
Coordenação de Contratos – CT
Superintendência de Compra e Licitações – SCL

Ref.: PROCESSO SEI-08001/006812/2020

EMPRESA: HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRURGICOS, HOSPITALARES LTDA
CNPJ Nº: 20.656.202/0001-01
INSCRIÇÃO NO SIMPLES: (X) SIM () NÃO

HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRURGICOS, HOSPITALARES LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 20.656.202/0001-01, por intermédio do seu representante legal o Sr. Marcelo Monteiro Prado, Representante Legal, portador da carteira de identidade nº [REDACTED] e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº [REDACTED] **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESSALVA: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

[REDACTED]
[REDACTED]

HEALTH SUPPLIES COM. DE MAT. MEDICOS, CIRURGICOS, HOSPITALARES LTDA
Marcelo Monteiro Prado – Sócio - Administrador
CNPJ: 20.656.202/0001-01

[20.656.202/0001-01]
HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS
MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA
Av. Doutor Mário Guimarães, 318 Sala 804
Centro – CEP: 26.255-230
[NOVA IGUAÇU – RJ]

Av. Doutor Mário Guimarães, 318 - Sala 804 / Centro – Nova Iguaçu / Cep: 26.255-230
Telefone: (21) 3030-0657
comercial.hshospitalar@gmail.com



Rio de Janeiro, 03 de Abril de 2020.

A
SEXRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SES
Coordenação de Contratos – CT
Superintendência de Compras e Licitações – SCL

PROCESSO: SEI-080001/006812/2020

DADOS BANCÁRIOS

Santander – 033

Agência: 3934

Conta-Corrente: 13003767-8

Health Supplies Comércio de Materiais Médicos, Cirúrgicos, Hospitalares Ltda.

CNPJ: 20.656.202/0001-01

MARCELO MONTEIRO PRADO
Sócio

[20.656.202/0001-01]
HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS
MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA
Av. Doutor Mário Guimarães, 318 Sala 804
Centro – CEP: 26.255-230
[NOVA IGUAÇU – RJ]

SEDE:

Av. Dr. Mário Guimarães, 318 – sala 804 – Centro – Nova Iguaçu – RJ - CEP: 26.255-230
Telefones: [REDACTED]

ESCRITÓRIO:

Rua Dalcídio Jurandir, 255 – sala 229 – Barra da Tijuca – RJ – CEP:
Telefones: [REDACTED]



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 20.656.202/0001-01
Razão Social: HEALTH SUPPLIES COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS, CIRURGICOS, HOSPITALARES LTDA
Nome Fantasia: HS HOSPITALAR
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 01/12/2020

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	07/11/2020
FGTS	Validade:	13/07/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	04/10/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	23/06/2020
Receita Municipal	Validade:	08/07/2020

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/12/2020

Emitido em: 16/04/2020 15:30

CPF: 148.347.887-41 Nome: MONIQUE WILLEMANN PECANHA DE ARAUJO

Ass: _____

1 de 1



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS
PROCESSO: SEI-08/001/006812/2020
EMPRESA: HEALTH SUPPLIES

HABILITAÇÃO JURÍDICA	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores.	X		
Cópia dos documentos dos sócios (PROCURAÇÕES)	X		

DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL			
1 - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)	X		
2 - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio de Certidão de regularidade de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal / Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com base na Portaria Conjunta RFB nº 1.751, de 02/10/2014.	X		9/8/2020
3 - Certidão Negativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda. (ICMS)	X		23/6/2020
4 - Certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.	X		8/9/2020
5 - Certidão Negativa de Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda. (ISS)	X		7/7/2020
6 - Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	X		13/7/2020
7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	X		20/9/2020

DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
1 - Certidões Negativas de Falências e Concordatas, expedidas pelos Distribuidores da Sede. OBS: Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Os Licitantes sediados em outros municípios, que não a capital, ou outros Estados da Federação deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração oficial da Comarca de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de Falências e Recuperação Judicial. As certidões deverão ter sido expedidas em até 90 (noventa) dias, da data constante, para realização da Licitação.	X		28/5/2020

DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
1 - Declaração da Empresa de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16(dezesseis) anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.	X		

OBSERVAÇÕES PENDÊNCIAS / REGULARIZAÇÃO			
Dados Banco Bradesco		X	SANTANDER
SICAF	X		

Documentos recebidos em
Documentos conferidos em

Assinatura

CONTRATO

CONTRATO NÚMERO 032/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, E A EMPRESA HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA, PARA AQUISIÇÃO DE OXÍMETRO DE PULSO PORTATIL COM SENSOR ADULTO, PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES COM SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19, NA FORMA ABAIXO:

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ sob o nº 42498717/0001-55, com sede situada na Rua México, 128, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na qualidade e ora designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, representado neste ato pelo Subsecretário Executivo de Estado de Saúde, **Sr. GABRIELL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS**, [REDACTED]

[REDACTED] ora denominada **AUTORIDADE COMPETENTE**, e a empresa **HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA**, situada Av. Mário Guimarães, nº 318 – sala 804 – Centro – Nova Iguaçu e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.656.202/0001-01, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por **CARLOS FREDERICO LORETTI DA SILVEIRA**, [REDACTED]

resolvem celebrar o presente contrato de **AQUISIÇÃO DE OXÍMETRO DE PULSO PORTATIL COM SENSOR ADULTO PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES COM SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19**, através do **EMERGENCIAL, SEI-08/0001/006812/2020**, que se regerá pela **Lei nº 13.979/20 art. 4º - Combate Coronavírus**, pelas normas da **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993** e alterações, pela **Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979**, e pelos **Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980**, e **42.301, de 12 de fevereiro de 2010** e, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente **CONTRATO** tem por objeto a aquisição de **AQUISIÇÃO DE OXÍMETRO DE PULSO PORTATIL COM SENSOR ADULTO**, visando suprir as necessidades da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO**, de acordo com as condições e especificações expostas na proposta e no Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O fornecimento será de acordo com a Ordem de Fornecedor a ser autorizada pelo Sr. Subsecretário, podendo haver mudança de marca, desde que mantido o padrão e autorizado pelo mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderá incidir multa de até 20% (vinte por cento), caso haja descumprimento de qualquer Ordem de Fornecedor.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	OXÍMETRO DE PULSO PORTATIL COM SENSOR ADULTO - Visor: LCD, Colorido de alta resolução, tela rotacional, permite visualização na vertical e horizontal. Indicação: da SpO2, frequência cardíaca, força de pulso, onda plestimográfica e tabela de tendências. Alarmes: visuais e sonoros, ajustáveis e programáveis. Memória interna dos eventos e conexão USB para computador. Capa protetor com suporte para acomodar em superfícies planas. Alimentação: bivolt automático e através de baterias recarregáveis com carregador integrado. Sensor de SpO2. Certificado pelo IMETRO	900	3.720,00	3.348.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir de ____/____/____, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula, podendo ser sucessivamente prorrogado, enquanto perdurar o estado de emergência em Saúde Pública, nos termos do artigo 4º-H, da Lei n.º 13.979/20.24.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir vinculados ao presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência;
 - a entrega deverá ser previamente agendada na Coordenação Geral de Armazenagem.
- entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

- g) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.
- h) Cumprir toda e qualquer condição/exigência contida no do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2020**, assim classificadas:

Natureza das Despesas: 100
Fonte de Recurso: 4490.52.04
Programa de Trabalho: 2961.10.302.0461.1094
Nota de Empenho: 2020NE02508

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato valor total de **R\$ 3.348.000,00** (três milhões trezentos e quarenta e oito mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros do **CONTRATANTE**, especialmente designados pela Secretaria de Estado de Saúde, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos representantes mencionados no parágrafo primeiro, no prazo de 96 (noventa e seis) horas após a entrega do bem/produto;
- b) definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.
- c) Prazo de garantia dos equipamentos: no mínimo 12 (doze) meses, após a instalação dos equipamentos nos locais definidos pela SES. Durante este período, a garantia deverá ser prestada, sem quaisquer ônus para a SES.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO**, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto nº 3.149/1980.

PARÁGRAFO QUARTO: Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e

determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEXTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 3.348.000,00 (três milhões trezentos e quarenta e oito mil reais)**., a ser realizado conforme cronograma de execução do contrato, sendo o pagamento efetuado na conta corrente nº _____, agência _____, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado, podendo haver antecipação de pagamento, mediante autorização e justificativa do Ordenador de Despesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento ao Protocolo Geral/SES da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**, sito à Rua México, nº 128, Térreo, Centro/RJ, após a entrega de cada parcela.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **CA** e

juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do § 1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 2% (dois por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 96 (noventa e seis) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 96 (noventa e seis) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento),

calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO PRIMEIRO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea b, do PARÁGRAFO PRIMEIRO:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do valor do ano, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO PRIMEIRO:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes

da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: Se o valor das multas previstas na alínea b, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEFAZ o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do PARÁGRAFO PRIMEIRO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro correndo os encargos por conta da **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (tres) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2020.

[Redacted Signature]
GABRIELL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS
SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DE SAÚDE
CONTRATANTE

[Redacted Signature]
CARLOS FREDERICO LORETTI DA SILVEIRA
HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES LTDA
CONTRATADA

À Douta Procuradoria,

Em razão da pandemia de COVID-19 houve a edição de decretos estaduais visando à adequação dos normativos relativos às contratações que se fizeram emergentes como decorrência das necessidades de criação de leitos hospitalares e aquisição de materiais médicos para atendimento à população.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Saúde, por meio da Subsecretaria Executiva, requisitou a contratação dos materiais, insumos e produtos para atendimento às necessidades aludidas acima. Outrossim, fizemos anexar, para sua pronta análise, planilhas discriminadas dos eventuais vícios e indicadores que mencionaremos a seguir.

Assim sendo, com a deflagração dos procedimentos visando às contratações, observou-se haver indicadores e “red flags”, conforme aludido acima, de eventuais dissonâncias com os normativos regentes da matéria, entre os quais, apenas para pronta referência, citamos o decreto estadual 46.745 de 22 de agosto de 2019.

Entre os indicadores mencionados podemos citar, como exemplo, nos contratos de EPI, o fato de haver empenho, pagamento, assinatura de contrato, mas não haver sido o contrato regularmente publicado. Abaixo segue pequeno recorte demonstrativo do que abordamos aqui.

PROCESSO	OBJETO	UNIDADE	QUANT.	CONTRATO	EMPRESA	VALOR UNIT.	VALOR CONTRATADO	EMPENHADO (R\$)	QNT ENTREGUE	VALOR EFETIVAMENTE PAGO	FONTE DE PAGAMENTO	CONTRATO PUBLICADO	CONTRATO ASSINADO	CONTRATO NADA	COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	AVENTAL GRAMATURA 25	UNID	900.000	007/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 4,40	R\$ 2.640.000,00	R\$ 2.640.000,00	0	R\$ 9.996,00	100	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	GORRO HOSPITALAR	UNID	6.000.000	007/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 0,12	R\$ 720.000,00	R\$ 720.000,00	249900	R\$ 9.996,00	100	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	LUVA TAMANHO G	CX 100	540.000	009/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 27,30	R\$ 14.742.000,00	R\$ 14.742.000,00	34140	R\$ 1.430.456,30	122	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES

No caso aqui tratado (EPI) o indicador de eventual vício cingiu-se à falta de regular publicação.

No caso dos procedimentos visando à compra de testes da COVID-19 os indicadores são a falta de ampla pesquisa de preços no mercado não havendo sequer número mínimo de cotações, pagamentos sem a entrega do material adquirido (sem justificativa para a quebra do sinalagma contratual) falta de regular publicação e, inclusive, omissão de assinatura do contratante (Estado).

No que tange aos procedimentos visando à compra de medicamentos observamos, como indicadores, os mesmos problemas mencionados no caso dos procedimentos visando à compra de EPI qual seja, a falta de sua regular publicação.

Já no que se refere aos procedimentos de compra de materiais diversos, tais como oxímetro e seringas os procedimentos restaram apócrifos, à exceção de dois procedimentos que ainda estavam em tratativas. Um desses, apesar de não haver sido assinado gerou a entrega de materiais não havendo comprovação, até a presente data, da efetivação do pagamento em contrapartida.

Em relação aos procedimentos visando à compra de ventiladores e respiradores pulmonares apontamos os seguintes indicadores: Falta de ampla pesquisa de preços não havendo número mínimo de cotações, falta de assinatura contratual do contratante (Estado) além de haver contrato sem regular publicação e encaminhamento de contrato a potencial contratada sem que tenha havido resposta quanto à proposta.

Diante do contexto abordado acima, requeremos sua análise, mediante emissão de parecer jurídico conclusivo, quanto aos seguintes pontos:

- 1) Viabilidade ou não de manutenção das avenças;
- 2) Em caso positivo, quais seriam as possíveis formas de adequação legal?;
- 3) Em caso negativo, quais seriam as possíveis formas de descontinuidade das avenças?;
- 4) No caso dos vícios apontados (“red flags” e indicadores) é possível sua convalidação?
- 5) Em caso positivo, quais as formas de os realizar?
- 6) Há possibilidade de imposição sancionatória por parte do Estado?;
- 7) Em caso positivo, há discricionariedade por parte do gestor na possível aplicação do sancionamento?
- 8) Há necessidade de encaminhamento de peças para órgãos de controle?;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Jurídica / SES

Trata-se de processo administrativo para contratação de empresa para aquisição de Oxímetro de Pulso, para atendimento aos pacientes acometidos de COVID-19.

Encaminhamos o presente processo para análise e parecer conclusivo, quanto aos pontos descritos no Doc. SEI 4347112, considerando as seguintes informações:

- Termo de Referência (3895873);
- Pesquisa de Mercado (4013993);
- Documentação de Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal da empresa (4058540, 4336281);
- Contrato 032/2020 (4336311).

Subsecretaria Executiva

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Maria Ozana Gomes, Superintendente**, em 27/04/2020, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4347163** e o código CRC **2711AB34**.

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Jurídica

À Subsecretaria Executiva

Segue o PARECER SES/SJ/AJ/FMF/DT 18/2020 (4508199).

DANIELLE TUFANI ALONSO Procuradora do Estado do Rio de Janeiro Assessora-Chefe da Secretaria de Estado de Saúde ID Funcional nº 42666112	FELIPE DE MELO FONTE Procurador do Estado do Rio de Janeiro Subsecretário Jurídico da Secretaria de Estado de Saúde ID Funcional nº 4334827-0
---	--

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **danielle tufani alonso, Assessora Chefe**, em 06/05/2020, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4508108** e o código CRC **E16293E9**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4508108

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

PARECER SES/SJ/AJ/FMF/DT 18/2020
PROCESSO Nº SEI-080001/006812/2020

CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA. ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS - COVID-19. AQUISIÇÃO DE MATERIAL. OXÍMETROS. REQUISITOS DOS ARTIGOS 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F E 4º-H, TODOS DA LEI Nº 13.979/20. DECRETOS ESTADUAIS NOS 46.966/20 E 46.991/20. ENUNCIADO Nº 18 E 39 DA PGE-RJ. ARTIGO 22, CAPUT E §1º, DA LINDB. ART. 52, CAPUT, DA LEI ESTADUAL Nº 5.427/09. CONSIDERAÇÕES.

1. Da consulta

Cuida-se de expediente que chega à Assessoria Jurídica – ASJUR para análise e parecer da minuta de contrato de dispensa de licitação, com base Lei nº 13.979/20, para a aquisição de material hospitalar OXÍMETRO DE PULSO PORTATIL COM SENSOR ADULTO - QUANTIDADE 900, no valor total de **R\$ 3.348.000,00 (três milhões trezentos e quarenta e oito mil reais)**, visando ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (2019-nCoV) e reconhecida Lei nº 13.979/20 e pelo Decreto Estadual nº 46.966/20.

No presente processo constam os seguintes documentos: a) termo de referência (3895873); b) novo termo de referência (3927388); c) pedido de cotação usando o primeiro termo de referência com o quantitativo defasado (4013993); d) manifestação técnica quanto ao produto cotado atender ao termo de referência (4025148); e) despacho dispensando a pesquisa de mercado pela subsecretaria executiva (4026117); f) classificação orçamentária (4046596); g) nota de autorização de despesas (4062623); h) nota de empenho original (4063209); i) documentação e *check list* (4336281); j) contrato assinado (4336311); l) solicitação de parecer posterior (4347112).

É o relatório.

2. Do controle interno de legalidade exercido pela Subsecretaria Jurídica

A análise toma por base os elementos constantes neste processo até a presente data. À luz do que dispõem os artigos 132, da Constituição Federal de 1988¹, e 2º, IV, da Lei Complementar nº 15/80², Lei nº 5414/2009³ e Decreto Estadual nº 40.500/2007 cabe-nos prestar consultoria sob o aspecto estritamente jurídico, quanto aos atos formulados pela própria Secretaria de Estado ou pelas entidades da Administração Indireta, sem adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade, nem analisar prismas de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Assim sendo, a manifestação produzida pela ASJUR, em que pese ser de natureza obrigatória, não é vinculativa para o gestor, que pode dela discordar, devendo, para tanto, **apresentar as razões de fato e de direito que lhe deem sustentação**⁴.

Realizadas tais considerações, passa-se a análise solicitada.

3. Da análise da contratação

O texto constitucional⁵ estatuiu a realização do procedimento licitatório como regra para a compra de bens e contratação de obras e serviços pela Administração Pública, sendo a contratação direta exceção, tratando das hipóteses em que a competição, embora materialmente possível, não é exigida em razão de determinadas peculiaridades fáticas, ou em decorrência de outros princípios que regem a atividade administrativa, em especial o da eficiência.

¹ Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

² **Art. 2º** - A Procuradoria Geral do Estado tem autonomia administrativa e financeira, dispondo de dotação orçamentária própria. Suas atribuições são as previstas no art. 176 e parágrafos da Constituição do Estado, competindo-lhe:

(...)

IV - o exercício de funções de consultoria jurídica da administração direta, no plano superior, inclusive no que respeita às decisões das questões interadministrativas, bem como emitir pareceres, normativos ou não, para fixar a interpretação governamental de leis ou atos administrativos;

³ **Art. 2º Às Assessorias Jurídicas das Secretarias de Estado compete:**

I – assessorar os titulares das pastas no controle interno da legalidade dos atos dos órgãos das Secretarias de Estado e dos entes da Administração Indireta;

(...)

VI – examinar e aprovar, previamente, observadas as minutas padronizadas pela Procuradoria-Geral do Estado, as minutas de editais de concurso público, de licitação, de contratos, convênios, ajustes e acordos, inclusive de natureza trabalhista;

VII – opinar, previamente, sobre os atos em que se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação, ressalvados, a critério do administrador, os atos de dispensa em razão do valor.

⁴ PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Restelatto. Da responsabilidade de agentes públicos e privados nos processos administrativos de licitação e contratação. 1ª ed. São Paulo: NDJ, 2012, pág. 138.

⁵ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Deve-se consignar que o fato da lei permitir que determinadas contratações dispensem a realização de prévia licitação, não equivale dizer que prescindam de prévio procedimento administrativo, no qual se assegure a observância aos princípios da legalidade e da isonomia, para a celebração do contrato administrativo.

Dito isto, passa-se à análise do caso concreto.

3.1. Da dispensa de licitação com fundamento na Lei nº 13.979/20 e no Decreto Estadual nº 46.991/20

A licitação dispensável, prevista no artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93⁶, trata dos casos em que o procedimento é possível, mas não obrigatório em razão de emergência ou calamidade pública. Esse regramento, contudo, é insuficiente e inadequado – especialmente no cenário de crise atual – porque continuar a incidir um modelo de contratação ineficiente.⁷

O presente caso, portanto, enquadra-se nos termos da Lei nº 13.979/20 (alterada pela Medida Provisória nº 926/20), cujo objetivo é estabelecer medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Dentre as diversas medidas, a referida lei determina o seguinte no artigo 4º, *caput* e §1º:

“Art. 4º - É **dispensável a licitação** para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º - A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é **temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.**”⁸ (grifou-se)

Ainda que se trate de situação em que a licitação é dispensável, em respeito à moralidade e à probidade administrativa, faz-se necessária a realização de processo administrativo prévio, bem como que sejam assegurados os princípios da legalidade e moralidade.

Considerando o momento processual em que a presente análise é feita, consigna-se que o exame se debruçará sobre os atos até aqui praticados, com especial atenção aos requisitos listados nos artigos 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F E 4º-H, todos da Lei nº 13.979/20, ou seja: a)

⁶ Art. 24. É dispensável a licitação:
(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

⁷ JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, Location 1.067-3136.

⁸ Em âmbito estadual aplica-se o Decreto nº 46.966/20.

justificativa para a presumida situação de emergência; b) apresentação de termo de referência; c) razões de escolha do contratado; d) estimativa de preço; e) adequação orçamentária.

Entretanto, antes da análise de tais requisitos, é preciso esclarecer que o presente parecer está sendo proferido em momento posterior à contratação, merecendo considerações quanto a isso.

3.1.1. Da análise jurídica posterior à contratação: aplicação do artigo 22, *caput* e §1º, da LINDB

A presente contratação fora celebrada antes da análise jurídica, em franca contrariedade ao que determina do artigo 38, VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93⁹, aplicável subsidiariamente às contratações submetidas à Lei nº 13.979/20¹⁰. Caso fosse adotada a legalidade estrita, poder-se-ia cogitar a nulidade do presente ajuste, justamente por não cumprir um requisito necessário para a maioria dos procedimentos de contratação.¹¹

Porém, essa não parece ser a melhor posição.

Em que pese a obrigatoriedade do parecer, a ausência do controle preventivo configura mera irregularidade administrativa, que não importa necessariamente a nulidade do ajuste, sendo sanável, desde que não haja dano à atividade administrativa ou ao interesse público.¹²

Mas, ainda que haja vício grave no processo, é possível a convalidação¹³ se se constatar que a invalidação trará mais prejuízos ao interesse público do que a sua manutenção, conforme

⁹ Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

¹⁰ Assim também entende Marçal Justen Filho. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, location 713-3136)

¹¹ Nesse sentido: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 512; e CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 30. ed. atual. De acordo com o Novo CPC e com a Lei nº 13.256, de 04.02.2016. São Paulo: Atlas, 2016. p. 143. Na mesma toada, em voto proferido no julgamento do Processo nº 011.135/20018 do Tribunal de Contas da União - TCU, o Ministro Relator entendeu que **a apresentação posterior do parecer jurídico não é capaz de sanar a irregularidade**. Isso porque, se acrescentada após a realização da contratação, a manifestação da assessoria não poderá servir de suporte à decisão do administrador, de forma que não cumprirá sua finalidade. Veja-se: "*Outra irregularidade que não foi elidida consiste na ausência do pronunciamento do órgão jurídico acerca da minuta do contrato, em contrariedade ao parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Como bem asseverou a analista da Secex/PE (fl. 516, vol. 8), a apresentação posterior do parecer jurídico (fls. 503/504, vol. 8) não sana a irregularidade, pois, se não constava anteriormente nos autos do processo licitatório, não poderia ter servido de suporte para a decisão do Administrador, não estando atendido, desse modo, o fim visado pela lei de licitações.*" (Acórdão nº 2004/2007, Plenário, Processo nº 011.135/20018, Relator Min. Benjamin Zymler).

¹² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 689.

¹³ Convalidação é o ato administrativo concreto que visa a conservar o ato inválido e/ou seus efeitos. O ato de convalidação somente será cabível se: (a) tiver como pressuposto objetivo (motivo) a existência de um ato administrativo inválido; (b) for possível produzir validamente na atualidade o ato inválido (porque já o seria na época em que foi editado); (c) houver a possibilidade de retroação (efeitos *ex tunc*). MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *A estabilidade do contrato administrativo à luz da segurança jurídica*. In: VALIM, Rafael; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; DAL POZZO, Augusto Neves (Coord.). *Tratado sobre o princípio da segurança jurídica no direito administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 545-586

decisão plenamente motivada, nos termos do art. 52, parágrafo único, III, da Lei estadual nº 5.427/09¹⁴. Afinal, quanto maior a urgência, mais flexíveis devem ser as exigências formais, sob pena de se sobrepor a forma ao fim ou, dito em outros termos, subjugar o valor constitucionalmente tutelado à forma.¹⁵

Tais premissas se encontram em perfeita sintonia com o artigo 22, *caput* e §1º, da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB, que assim dispõe:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

Parece razoável, portanto, sustentar que a LINDB provê um argumento **consequencialista** para afastar a exigência referida. Essa situação precisará ser justificada à luz das circunstâncias do caso pelo gestor.¹⁶ Isto foi feito nestes autos, através da justificativa de urgência extrema resultante da pandemia de Covid-19.

Sendo assim, passa-se à análise dos requisitos da contratação.

Da justificativa para a presumida situação de emergência

Para haver contratação direta por dispensa de licitação na Lei 13.979/20, é necessário que a alegada circunstância emergencial¹⁷ fique demonstrada. A fim de facilitar a demonstração, o artigo 4.º-B, estabeleceu que as contratações diretas com fundamento na referida lei presumem-se¹⁸ atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

¹⁴ Art. 52. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Parágrafo único. Admite-se convalidação voluntária, em especial, nas seguintes hipóteses:

(...)

III. quando, independentemente do vício apurado, se constatar que a invalidação do ato trará mais prejuízos ao interesse público do que a sua manutenção, conforme decisão plenamente motivada.

¹⁵ MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; GARCIA, Flávio Amaral. *Desastres naturais e as contratações emergenciais*. RDA – revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 265, p. 149-178, jan./abr. 2014.

¹⁶ VITORELLI, Edilson. *A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a ampliação dos parâmetros de controle dos atos administrativos: um novo paradigma*. A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 19, n. 78, p. 195-219, out./ dez. 2019.

¹⁷ Segundo Antonio Carlos Cintra do Amaral, um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. (AMARAL, Antônio Carlos Cintra apud FIGUEIREDO, Lúcia Valle; FERRAZ, Sérgio. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação*. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 49)

¹⁸ A presunção, baseada na verossimilhança, generaliza o que normalmente ocorre em certos casos, estendendo as consequências jurídicas de um fato conhecido a um desconhecido. Daí Brethe de la Gressaye e Laborde-Lacoste (*Introduction Générale à l'Étude du Droit*) dizerem que na presunção considera-se como verdadeiro o que é provável. (GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. 49ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 25). Além disso, a presunção que se estabelece ao artigo 4.º-B, I, II, III, da Lei 13.979/20, é absoluta, afastando a necessidade de comprovação. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveira & Talamini, 2020, Kindle Version, location 508-3136.)

- II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
- III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
- IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

A presunção absoluta, em relação aos três primeiros incisos, é pertinente, pois, segundo levantamento da universidade norte-americana Johns Hopkins para o COVID-19, foram identificados, globalmente, mais de 2 milhões de casos e mais de 45 mil mortes.¹⁹ E, segundo o Relatório de Situação da OMS para o COVID-19 nº 58, de 18.03.2020 (WHO, *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report – 58*), há avaliação de risco global muito alto.²⁰

Logo, basta tão somente que o gestor justifique concretamente o vínculo de pertinência, direto ou indireto, do objeto da contratação e as condições prováveis indicadas pelo legislador, havendo presunção relativa²¹ do quantitativo descrito no termo de referência nesse caso²².

No caso dos autos houve tal manifestação, no documento SEI 3880002 da Subsecretaria Executiva:

Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavirus (COVID 19), com base na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, de acordo com orientação e autorização do senhor Secretario de Saúde, bem como do senhor Subsecretario desta Subsecretaria, encaminhamos o presente processo objetivando a adoção das medidas necessárias para a elaboração de Termo de Referência para aquisição dos equipamentos abaixo, em caráter emergencial para atender as unidades de saúde desta SES..

■ Apresentação do termo de referência

Segundo a legislação, o termo de referência é o documento que contém os elementos necessários, suficientes e adequadamente precisos para caracterizar o objeto da licitação e que permite a avaliação do custo e a definição dos métodos e do prazo de execução (artigo 6º, IX, Lei nº 8.666/93 e artigo 11, do Decreto Estadual nº 46.642/19).

Diante da situação de emergencial de saúde pública, a Lei nº 13.979/20 permitiu a apresentação de termo de referência simplificado, cujos elementos serão os seguintes: a)

¹⁹ Mais informações em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 22/03/2020.

²⁰ Mais informações em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200318-sitrep-58-covid-19.pdf?sfvrsn=20876712_2. Acesso em: 22/03/2020.

²¹ A definição do quantitativo não é, como são as hipóteses dos três incisos anteriores, uma referência externa ao contrato e não-condicionada pela atividade do agente público. Ao contrário, haverá ato decisório do agente estipulando concretamente a dimensão do quantitativo, logo sujeito a controle da ocorrência de dolo. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveiros & Talamini, 2020, Kindle Version, Location 1.067-3136)

²² Decreto Estadual nº 46.966/20: Art. 2º - Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto neste Decreto, além das presunções estabelecidas no art. 4º-B e 4º-E da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, presumir-se-á justificado o quantitativo descrito no Termo de Referência.

declaração do objeto; b) fundamentação simplificada da contratação; c) descrição resumida da solução apresentada; d) requisitos da contratação; e) critérios de medição e pagamento; f) estimativas dos preços obtido; e g) adequação orçamentária.²³

Além disso, caso o bem ou serviço que se queira contratar se caracterize como comum²⁴, o artigo 4º-C, da Lei 13.979/20²⁵, dispensa a apresentação de estudo preliminar. Em paralelo, de acordo com o artigo 4º-D, da Lei 13.979/20²⁶, o gerenciamento de riscos somente será exigido na gestão do contrato.

No caso dos autos, após a justificativa trazida aos autos para a contratação pretendida, foi elaborado o termo de referência pelo setor Superintendência de Logística e Coordenação de Qualificação de Material.

Importante apontar que antes da formação do termo de referência final, citado acima, houve a formulação de um primeiro termo de referência que visava à aquisição de 800 oxímetros, quantitativo 100 unidades menor que o final. Ocorre que o termo de referência usado para fazer a cotação junto à potencial fornecedora continha o numerário inicial da demanda, o que macula o procedimento (documentos SEI 3895873; 3920876 e 3927388).

Ainda, acerca da elaboração do referido, é oportuno que seja justificado por que o termo não tem assinatura de técnico com expertise pertinente ao objeto a ser contrato, haja vista a notória especificidade técnica do objeto e destaque no enfrentamento aos agravamentos do Covid-19.

■ Razões de escolha do contratado

Para as hipóteses de contratação direta de bens e serviços, também deve ser apresentada justificativa fundamentada da escolha do fornecedor ou executante, a qual, conforme orientação

²³ Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação;

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

a) Portal de Compras do Governo Federal;

b) pesquisa publicada em mídia especializada;

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;

d) contratações similares de outros entes públicos; ou

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e

VII - adequação orçamentária.

²⁴ Consideram-se bens e serviços comuns, por definição legal, “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado” (art. 1.º, parágrafo único, da Lei 10.520/2002). Com efeito, na lição doutrinária de Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se encontra disponível a qualquer tempo num mercado próprio e cujas características padronizadas são aptas a satisfazer as necessidades da Administração Pública”. JUSTEN FILHO, Marçal. *Pregão: comentários à legislação do pregão comum e eletrônico*. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2009. p. 37.

²⁵ Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.

²⁶ Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.

do TCU²⁷, sempre que possível, deverá ser feita com base em elementos que demonstrem que: a) o fornecedor possui capacidade técnica compatível com a complexidade e o porte do objeto a ser contratado²⁸ e atende aos requisitos relacionados a habilitação jurídica e a qualificação econômico-financeira²⁹; b) encontra-se em situação de regularidade com a Seguridade Social.

Excepcionalmente, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço – que se estende à hipótese de prazo de entrega de material³⁰ –, o artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20³¹, dispensa a apresentação de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados os relativos à Seguridade Social e ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do *caput* do artigo 7º da Constituição, cuja obrigatoriedade permanece.

No que concerne à documentação de habilitação da contratada, não cabe à ASJUR e sim aos fiscais do contrato e à Coordenação de Contratos observarem se a empresa contratada possui as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da celebração do instrumento, devendo-se atentar, inclusive, quanto ao prazo de validade das certidões apresentadas.

Não há, contudo, juntada da documentação técnica apontada no item 5 do termo de referência, fato que deve ser abordado pelo ordenador de despesas e setor técnico, haja vista que

²⁷ Decisão 627/1999, Plenário.

²⁸ **Enunciado n.º 39 - PGE: Qualificação técnica do licitante**

1. As exigências de qualificação técnica têm por objetivo verificar, pela análise de sua experiência pretérita, se o licitante possui condições técnicas para executar a contento o objeto do certame, evitando que o Poder Público contrate com pessoas desqualificadas.

2. Tais exigências: (i) devem ser formuladas à luz do disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, limitando-se àquelas que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo art. 30 da Lei n. 8.666/93; (ii) devem ser compatíveis com a complexidade do objeto licitado; (iii) exigem prévia motivação técnica quanto à sua necessidade, suficiência e pertinência dos parâmetros fixados, para não restringir a competitividade e assegurar a plena concorrência entre os participantes.

3. A qualificação técnica inclui tanto a capacidade técnico-operacional, que é relacionada à sociedade empresária, quanto a capacidade técnico-profissional, concernente a sua equipe técnica e/ou responsável técnico.

4. Um único atestado técnico é suficiente para a demonstração da experiência anterior do licitante em relação à execução do objeto licitado, sendo possível o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar a sua capacidade técnica.

5. A capacidade técnico-operacional não deve ser aferida mediante o estabelecimento de percentuais mínimos que estejam acima de 50% em relação aos quantitativos dos itens de maior relevância.

6. A comprovação do desempenho anterior do profissional envolvido na contratação se dá por meio de atestado de capacidade técnica, na forma do art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93.

7. A identificação e a especificação das atribuições a serem desempenhadas pela equipe técnica e/ou pelo profissional responsável pelo objeto da contratação devem estar previstas no edital e no contrato, em especial em se tratando de serviço técnico profissional especializado, ficando a contratada obrigada a garantir que os referidos integrantes executem pessoal e diretamente o objeto do contrato.

²⁹ **Enunciado n.º 18-PGE:** Além dos requisitos previstos no art. 26, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, nas situações de contratação direta e indispensável: a) a manifestação das Assessorias Jurídicas, não exigível nas hipóteses do art. 24, incisos I e II; e b) o atendimento dos requisitos de habilitação pelas empresas contratadas.

³⁰ Decreto Estadual nº 46.966/20: Art. 3º - A restrição de fornecedores ou prestadores de serviço referida no art. 4º-F da Lei Federal nº 13.970, de 6 de fevereiro de 2020, também se estende ao prazo de entrega de material.

³¹ Art. 4º-F Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do *caput* do art. 7º da Constituição.

a dispensa de documentos de habilitação somente é possível no caso de restrição de fornecedores, nos artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20.

3.1.3 Estimativa de preços

Para os casos de dispensa de licitação é necessário, ainda, que haja justificativa de preço devidamente formalizada no respectivo procedimento, comprovando a adequação dos custos e conformidade dos valores praticados ao de mercado, evitando contratações desastrosas, não vantajosas ou inadequadas. A Administração tem o dever de buscar, sempre, a maior vantagem para o interesse público.³²

No entanto, tratando-se de um período de excepcionalidade, diferentemente do Decreto nº 46.642/19³³ e do enunciado nº 02 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ³⁴, o art. 4º-E, §1º, VI, da Lei nº 13.979/20 estabelece a possibilidade de a estimativa dos preços se dar por meio de, no mínimo, uma das seguintes fontes:

- a) Portal de Compras do Governo Federal;
- b) pesquisa publicada em mídia especializada;
- c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- d) contratações similares de outros entes públicos; ou
- e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores;

A despeito da possibilidade, é dever do gestor, sempre que possível, obter 3 (três) fontes de referência, nos termos do artigo 1º, §2º, do Decreto Estadual nº 46.966/20³⁵. Caso a estimativa indique que os preços superam as oscilações ocasionadas pela variação de preços, não haverá impedimento à contratação, mas demandará justificativa do gestor.³⁶ **E, ao particular, o ônus de comprovar, ainda que posteriormente (visto que, nesse momento excepcional, o atendimento à população não pode ser obstado), que os preços ofertados à Administração são compatíveis com os praticados no mercado³⁷, vedando-se a majoração sem justa causa³⁸.**

³² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 288.

³³ Apesar de o Decreto nº 46.684/19 ter suspenso a aplicação do Decreto nº 46.642/19, que regula a fase preparatória das licitações públicas estaduais, na presente manifestação adotar-se-á as disposições do Decreto suspenso, de modo a orientar o gestor no trâmite licitatório.

³⁴ Enunciado nº 2 do TCE: As pesquisas de mercado realizadas previamente às contratações no âmbito da Administração Pública não devem se limitar a cotações obtidas junto a potenciais fornecedores, devendo obedecer aos critérios de amplitude e diversificação, de maneira a possibilitar o acesso a fontes de pesquisa variadas e a obtenção das melhores condições de preço, respeitadas as limitações decorrentes da especificidade do objeto contratual.

³⁵ Art. 1º (...) §2º - A estimativa de preços de que trata o art. 4º-E, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, deverá ser obtida, sempre que possível, mediante 3 (três) fontes de referência.

³⁶ Art. 4º-E, §3º, da Lei nº 13.979/20.

³⁷ Item 6.3 da Nota Técnica nº 01, de 27 de março de 2020, do TCE-RJ.

³⁸ **Lei Estadual nº 8.769/2020: Art. 1º** Fica vedada a majoração, sem justa causa, do preço de produtos ou serviços, durante o período em que estiver em vigor o Plano de Contingência do Novo Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde.

§ 1º Para os fins da definição de majoração de preços de que trata o caput deste artigo deverão ser considerados os preços praticados em 01 de março de 2020.

§ 2º A proibição de que trata o caput deste artigo se aplica aos fornecedores de bens e serviços nos termos do artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Mesmo se tratando de um período de emergência, exige-se a estimativa de preços. Em última hipótese, desde que haja justificativa, será dispensada a citada estimativa de preços.³⁹

Na situação em análise, houve autorização para prosseguimento do procedimento sem ampla pesquisa de mercado (4026117). Cumpre observar que a proposta enviada pela empresa HEALTH SUPPLIES e o autorizo para tramitação com apenas uma proposta possuem 1 (um) dia de diferença.

Repise-se que a cotação foi feita usando termo de referência com quantitativo incorreto, em razão do envio do primeiro termo de referência à fornecedora. Dessa forma, ao aumentar o quantitativo sem formular nova consulta é possível que haja a perda de economia de escala na contratação.

A situação chama a atenção, ainda, porque **não é possível localizar remessa de e-mails (ou qualquer outro registro formal) com pedido de cotação para quaisquer outros fornecedores, para que seja atestada a compatibilidade do preço com o mercado.**

Também não se consultaram outras fontes de pesquisa, como bancos de preços públicos, a exemplo do SIGA e do ComprasNet. Apesar de não se aplicar aqui o requisito da ampla pesquisa de preços (Lei 13.979/2020), percebe-se que não é razoável a adoção do referido procedimento na estimativa de valores. Como visto, a norma regulamentadora estadual prescreve ao administrador a obrigação primária de utilizar, **salvo impossibilidade**, três das fontes de referência previstas na Lei n. 13.979/2020. E, no caso dos autos, não foi explicada a inviabilidade de obter outros meios de comparação.

A Coordenação de Compras faz referência ao despacho **4026117** da Subsecretaria Executiva, por meio do qual teria sido autorizada a tramitação processual sem a pesquisa de mercado. Na referida manifestação, a Subsecretaria Executiva afirma tão somente que “*o §2º do mesmo artigo dispensa por excepcionalidade a estimativa preços mediante justificativa da autoridade competente, tendo em vista a necessidade de enfrentamento emergencial que o caso requer, sendo um procedimento compulsório neste quadro atípico, AUTORIZO início dos procedimentos sem a pesquisa de mercado*”.

Acontece que a mera repetição ou citação do texto normativo não pode ser considerada como justificativa apta a excepcionar a estimativa de preços. O legislador não estabeleceu presunções quanto às oscilações de preços ou restrição de mercado. Por causa disso, deveria haver a demonstração fática da impossibilidade de buscar preços.

³⁹ Art. 4º-E, 2º, da Lei nº 13.979/20.

O estado de emergência ou calamidade sanitária não é justificativa bastante, por si só, para o abandono da estimativa. Fosse assim, os legisladores nacional e estadual a teriam extirpado de forma categórica das contratações emergenciais da Covid-19, ao invés de a terem prescrito, como fizeram, como regra geral, dispensável apenas mediante *justificativa* da autoridade competente, como dito na Lei n. 13.979/2020, ou na *impossibilidade* de sua realização, conforme o regulamento estadual.

O vício acerca da justificativa do preço não está presente apenas nesse processo emergencial, mas de tantos outros, tendo levado o i. Procurador Geral do Estado ([4237971](#)), após acolhimento da Promoção Conjunta BBS/CCF/MFC/PE nº 01/2020 ([4238621](#)), a recomendar:

c) Em relação às **estimativas de preços**, recomenda-se:

c.1) primeiramente, **a revisão de todos os processos de contratação direta da Covid-19, com o fim de realizar, naqueles em que ela não tiver se verificado, efetiva estimativa de preços com base no artigo 4º-E, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.979/2020 e no artigo 1º, § 2º, do Decreto n. 49.991/2020**, ou, em caso de impossibilidade, a apresentação justificativa circunstanciada de sua dispensa;

c.2) realizada a estimativa de preços e **constatada a celebração de contrato por valores superiores ao estimado, deve o gestor verificar se a diferença decorre de oscilações ocasionadas pela variação de preços**, hipótese em que, mediante circunstanciada justificativa da vantajosidade da manutenção, **poderá ser convalidada a contratação**, nos termos do artigo 4º-E, §3º, da Lei Federal nº 13.979/2020 e do artigo 52 da Lei estadual 5.427/09;

c.3) na hipótese de **constatação de sobrepreço**, ressalvada a hipótese de manutenção da contratação referida no item 'c.2' acima, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, inclusive mediante **glosa/retenção cautelar de pagamentos vincendos ou pendentes, ou, em caso de prévio exaurimento do contrato, suscitar o ajuizamento de medida judicial à Procuradoria Geral do Estado para o ressarcimento**. Nos contratos de execução diferida, deve o gestor avaliar a vantajosidade de se manter a contratação, sobretudo à luz do princípio da continuidade dos serviços públicos. Caso pretenda manter a avença, deverá questionar ao particular contratado se ele concorda com a readequação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao preço obtido na estimativa de preços, devendo abarcar, inclusive, o ressarcimento de valores em excesso já recebidos. Em caso positivo, poderá ser celebrado termo aditivo para convalidação do contrato, consoante artigo 52 da Lei estadual 5.427/09. Caso o gestor não considere vantajosa a manutenção do contrato ou o particular não concorde com a readequação do preço, deve o gestor instaurar processo administrativo em contraditório para fins de decretação de nulidade da contratação.⁴⁰

Por essa razão, salvo a existência de justificativa, deve ser realizada nova estimativa, nos termos do item c.1 do despacho do i. Procurador Geral do Estado. A partir disso, caso sejam constatadas oscilações pela variação de preços, deve-se justificar nos termos do item c.2. Por

⁴⁰ Processo - [SEI-140001/008049/2020](#)

outro lado, caso haja sobrepreço e o ajuste tenha sido convalidado, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, conforme o item c.3.

Da adequação orçamentária

De acordo com o artigo 4º-E, §1º, VI, da Lei nº 13.979/20⁴¹, as despesas decorrentes da contratação que se pretende efetivar devem ser precedidas da competente adequação orçamentária, o que foi providenciado (4046596).

4. Da análise da minuta

O instrumento contratual é documento obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites daquelas duas modalidades de licitação. Nos demais casos é facultada à administração sua substituição por outros instrumentos hábeis, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço⁴².

As cláusulas dos contratos nº 032/2020 (3864470), obedece parcialmente às prescrições legais vigentes e orientações da PGE. Por esta razão, sugerem-se algumas alterações, por meio de termo aditivo:

- Recomenda-se a substituição da **cláusula segunda** nos seguintes termos da minuta-padrão da PGE:

“CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O contrato terá prazo de duração de (até seis meses), contados a partir de dd/mm/aaaa, e poderá ser prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso cesse a situação de emergência de saúde pública durante a vigência deste contrato, é facultado à CONTRATANTE resilir unilateralmente o contrato.”

- Nota-se na **cláusula décima** da minuta que houve a redução da garantia para o percentual de 2% sem qualquer justificativa antecedente. No entanto, a nota explicativa nº 12 e 12-A da minuta-padrão de compras elaborada pela d. Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro – PGE/RJ⁴³, que vincula e orienta a

⁴¹ Art. 14 (..)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá (...)

VII - adequação orçamentária.

⁴² Art. 62, da Lei nº 8.666/93.

⁴³ 12) A garantia **poderá ser dispensada**, e a cláusula suprimida, a critério e com justificativa específica da Autoridade Competente (art. 56, **caput** da Lei nº 8.666/93).

12.1) **Poderá ser adotado percentual de até 5%** (cinco por cento), na forma do art. 56, §2º da Lei nº 8.666/93, a critério e com justificativa específica da autoridade competente.

presente Assessoria, nos termos do Decreto nº 40.500/07⁴⁴, estabelece a necessidade de justificativa da autoridade competente na dispensa ou adoção da garantia. Esta pendência deve ser sanada.

- Deve-se substituir a **cláusula décima primeira** para que preveja a possibilidade de acréscimo ou supressão em até 50% do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da minuta-padrão da d. PGE:

“O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Nota Explicativa: Se, diante do caso concreto, o gestor decidir pela aplicação do previsto no art. 4º-I, da Lei no. 13.979/2020, deve-se incluir o seguinte dispositivo:

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.”

- A redação da **cláusula décima terceira** deve ser adequada à minuta padrão da PGE-RJ, recentemente alterada pelo Of.PGE/PG15/CCAPSJ SEI Nº09;
- Insira-se a cláusula décima sétima da minuta padrão da PGE:

“CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.”

- Altere-se a redação da **cláusula décima sétima**, que versa sobre a publicação, para a seguinte redação:

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato os seus dados serão imediatamente disponibilizados em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome da CONTRATADA, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

⁴⁴ **Art. 1º** - Art. 1º - O Sistema Jurídico do Estado do Rio de Janeiro, sob coordenação da Procuradoria Geral do Estado, é integrado pelos seguintes órgãos:

I - ÓRGÃO CENTRAL: Procuradoria Geral do Estado

II - ÓRGÃOS LOCAIS: Assessorias Jurídicas dos órgãos integrantes da Administração Direta

III - ÓRGÃOS SETORIAIS: Assessorias Jurídicas das entidades integrantes da Administração Indireta

Art. 3º - Compete à Procuradoria Geral do Estado, no exercício do controle e supervisão dos órgãos setoriais do Sistema Jurídico Estadual:

(...)

III - elaborar minutas padronizadas de editais de licitação e de contratos, convênios, ajustes e acordos, inclusive os de natureza trabalhista;

Art. 4º - Compete aos órgãos locais e setoriais do Sistema Jurídico Estadual:

I - observar a orientação técnico-jurídica fixada pela Procuradoria Geral do Estado, cumprindo a todas as suas determinações e recomendações;

- Sejam juntados os anexos do contrato;

5. Das medidas juridicamente possíveis para os vícios no procedimento e eventuais inadimplências do contratado

A Subsecretaria Executiva encaminhou os autos para, além da análise da viabilidade jurídica da contratação, esclarecer aos seguintes pontos: 1) Viabilidade ou não de manutenção das avenças; 2) Em caso positivo, quais seriam as possíveis formas de adequação legal?; 3) Em caso negativo, quais seriam as possíveis formas de descontinuidade das avenças?; 4) No caso dos vícios apontados (“*red flags*” e indicadores) é possível sua convalidação?; 5) Em caso positivo, quais as formas de os realizar? 6) Há possibilidade de imposição sancionatória por parte do Estado?; 7) Em caso positivo, há discricionariedade por parte do gestor na possível aplicação do sancionamento? 8) Há necessidade de encaminhamento de peças para órgãos de controle?

5.1. Da validade, vigência e eficácia dos contratos firmados

O contrato é válido a partir do momento que foi assinado pelas partes em conformidade com a ordem jurídica. É vigente a partir do momento em que pode começar a produzir efeitos. É eficaz desde que produza os seus efeitos.⁴⁵ Com base em tais premissas, o art. 26, *caput*, da Lei 8.666/93⁴⁶ estabelece que a eficácia dos contratos fica condicionada à publicação do ato de dispensa ou inexigibilidade na imprensa oficial, no prazo de cinco dias contados de sua ratificação pela autoridade superior.

Ocorre que não pode ser aplicado o art. 26 da Lei nº 8.666/1993 às contratações regidas pela Lei Federal nº 13.979/2020. E não pode, porque os §2º do artigo 4º, da Lei 13.979/2020⁴⁷, diferentemente da Lei nº 8.666/93, não condicionou a eficácia do ato à prévia publicação. Manteve, assim, a linha lógica e coerente de suas disposições: celeridade, definição do essencial e pontos de controle. O controle social continuará tendo na publicidade um dos instrumentos necessários à efetividade.⁴⁸

Por esse motivo, a vigência e a eficácia do contrato administrativo começam a partir do momento em que se tornou válido, ou seja, da sua assinatura, desde que não haja fixação de

⁴⁵ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 1183 p.

⁴⁶ Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

⁴⁷ Art. 4º (...) § 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

⁴⁸ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby; FERNANDES, Murilo Jacoby; TEIXEIRA, Paulo Roberto; TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Direito Provisório e A Emergência do Coronavírus*. Belo Horizonte: Fórum, 2020, p. 67.

maneira diversa no instrumento. E a publicidade, nesse caso, serve apenas para o efetivo controle social, não sendo condição suspensiva como é na Lei 8.666/93.

Eventual ausência de assinatura de uma das partes do contrato e/ou publicação, não descaracterizam a validade do ajuste, bastando que se corrijam tais nos termos do art. 52, *caput* da Lei 5.427/09⁴⁹, isto é, assinando o contrato e publicando-o imediatamente na forma §2º do artigo 4º, da Lei 13.979/2020.

5.2. Da (ausência de) discricionariedade na aplicação das sanções e na dosimetria das sanções

A Administração Pública e o contratado devem cumprir à risca as suas obrigações, o que é fundamental para a eficiência do contrato. Nesse sentido, o inciso III do art. 58 da Lei nº 8.666/93⁵⁰ outorga à Administração a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos. A rigor jurídico, não se trata de mera prerrogativa, como se fosse uma espécie de faculdade. A Administração tem o **poder-dever** de fiscalizar a execução dos contratos.⁵¹ Caso constatada a inadimplência do contratado após a fiscalização, exsurge a o poder-dever de a Administração aplicar as sanções pertinentes ao caso concreto, mediante contraditório prévio, com fundamento nos artigos 58, inciso IV, e 87 da Lei nº 8.666/93.⁵²

⁴⁹ **Art. 52.** Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

⁵⁰ Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:
(...)

III - fiscalizar-lhes a execução;

⁵¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação Pública e Contrato Administrativo: Coleção Fórum Menezes Niebuhr*. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 892.

⁵² Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

IV - **aplicar sanções** motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes **sanções**:

I - advertência;

II - **multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato**;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Portanto, apesar das divergências, não há que se falar em existência de discricionariedade em imposição de sanção administrativa⁵³, entretanto, há discricionariedade do administrador na dosimetria da pena, ou seja, em definir o quão grave será a conduta do contratado.⁵⁴

Tal liberdade de valoração não é plena, pois deve obedecer ao prévio e efetivo contraditório, à proporcionalidade na aplicação das sanções⁵⁵ e a dosimetria estabelecida §2º do art. 22, da LINDB.⁵⁶ Nesse último caso, a boa-fé do contratado funciona como um redutor parcial da discricionariedade.⁵⁷

5.3. Da manutenção ou extinção dos ajustes

A regra é que as avenças continuem até o seu fim, afinal o contrato administrativo visa ao interesse público. Ainda que haja vício, a primeira alternativa é tentar saná-los. Apenas se houver descumprimento grave a ponto de colocar em risco os direitos fundamentais e as necessidades administrativas é que deve ser rescindido o ajuste⁵⁸, nos termos do art. 77 e 78 da Lei 8.666/93.⁵⁹ Essa avaliação, frise-se, cabe ao gestor.

⁵³ A primeira posição entende que a Administração possui discricionariedade para imposição de sanções aos contratados, não havendo que se falar em tipicidade dos ilícitos contratuais (CRETELLA JÚNIOR, José. Das licitações públicas. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 386 e 399). A segunda posição entende que é da natureza das penalidades administrativas, entre as quais inclui as contratuais, “o *abrandamento do rigor na tipificação da conduta que gera o juízo de reprovação*”, logo a Administração dispõe de espaço discricionário para dosar a penalidade apropriada, desde que cumprido o devido processo legal (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 5. ed. Renovar: Rio de Janeiro, 2002, p. 788). A terceira posição frisa pela total ausência de discricionariedade administrativa para imposição de penalidades aos contratados e exige que a tipificação de infrações contratuais seja feita mediante lei (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 882). A quarta posição é no sentido que as sanções administrativas podem ser aplicadas por “*infringência de norma da Administração estabelecida em lei (em sentido geral, compreendendo também o regulamento, os cadernos de encargos etc.) ou no próprio contrato*”, de maneira que, embora resguarde-se a discricionariedade administrativa, exige-se a tipicidade como requisito para a imposição da sanção. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 229).

⁵⁴ GUTIERREZ, Raul Ciampolini. *Discricionariedade na aplicação de sanção administrativa*. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública – RBEFP, Belo Horizonte, ano 5, n. 13, p. 7594, jan./abr. 2016.

⁵⁵ Logo, para **pequenas infrações** que não tenham causado qualquer dano, a Administração deve aplicar a pena de advertência; para a eventualidade de reincidência no cometimento de pequenas infrações, e para as hipóteses de **infrações mais graves**, mas que não justifiquem a rescisão do contrato, a pena indicada é a **multa**. Quando houver violação de cláusula do contrato que justifique sua rescisão, deve ser aplicada a **pena de suspensão temporária**. Em hipótese de fraude praticada pelo contratado, deve ser aplicada a pena mais rigorosa, a **declaração de inidoneidade**. Observa-se que a aplicação das duas últimas penas – suspensão temporária e declaração de inidoneidade – **podem ser acumuladas com a aplicação de multa**, nos termos do §2º do art. 87, Lei 8.666/93. FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de licitações e contratos administrativos*. 6. ed. rev. atual. e ampl. – Belo Horizonte: Fórum, 2015. Pág. 519

⁵⁶ Art. 22. (...)

§ 2º. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. (grifou-se)

⁵⁷ A boa-fé do cidadão perante o direito e a administração pública é capaz de lhe gerar benefícios igualmente em matéria sancionatória. Em outras palavras, o particular que comete infração do direito administrativo (por exemplo, infração administrativa sanitária, ambiental, concorrencial etc.) poderá se beneficiar de uma redução da sanção caso tenha agido de boa-fé, ou seja, caso a violação por ele operada tenha ocorrido sem o intuito de cometer a infração no caso concreto. Note-se, contudo, que essa hipótese não representa um caso de redução integral da discricionariedade administrativa, senão mera redução parcial. MARRARA, Thiago. A boa-fé do administrado e do administrador como fator limitativo da discricionariedade administrativa. – RDA – Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 259, p. 207247, jan./abr. 2012

⁵⁸ A rescisão, por outro lado, tem cabimento quando o fim do contrato decorre de **descumprimento ou inadimplemento contratual**. Segundo o i. jurista Flávio Amaral Garcia, a rescisão ocorre quando há o inadimplemento de uma das partes, sendo certo que somente a Administração pode rescindir o contrato unilateralmente. GARCIA, Flávio Amaral. *Licitações e Contratos Administrativos - Casos Polêmicos*. 4ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 383.

⁵⁹ Essa possibilidade legal, entretanto, deve ser encarada com a máxima cautela, porquanto não está dando “carta branca” ao administrador público para rescindir qualquer acordo que não esteja sendo executado nas condições preestabelecidas, derivando, isto sim, de uma avaliação séria, cuja conclusão desemboque na certeza do risco ao

Por outro lado, a par da inexecução contratual, admite-se a extinção do ajuste por meio de rescisão amigável⁶⁰ (tecnicamente conhecida como resilição ou distrato⁶¹), que: (i) não é cabível quando configurada outra hipótese que daria ensejo à rescisão; (ii) somente pode ocorrer quando for conveniente para a Administração; e (iii) não pode, jamais, resultar em prejuízo para o contratante.⁶²⁻⁶³ A fixação de tais requisitos serve como limitação da discricionariedade administrativa para a extinção da relação contratual, razão pela qual deve ser observada.

Em ambas hipóteses, deve-se cumprir o art. 79, §1º, da Lei 8.666/93.⁶⁴

6. Conclusão

Em face do exposto, na forma do artigo 2º, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.414/2009, opina-se nos seguintes termos:

1. Seja justificada a assinatura do termo de referência por outro que não profissional com pertinência de expertise com o objeto a ser contratado;
2. Ao que parece, nem todos os requisitos de habilitação técnica descritos no item 5 do termo de referência encontram-se presentes. Basta notar habilitação da empresa para verificar isso. É preciso que haja justificativa idônea para tanto, uma vez que a dispensa de documentos de habilitação somente é possível no caso de restrição de fornecedores, no artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20.
3. Deve ser realizada nova pesquisa para estimativa de preços, termos do item c.1 do despacho do i. Procurador Geral do Estado, salvo existência de justificativa. A partir disso, caso se constatem oscilações, deve-se justificar nos termos do item c.2. Por outro lado, caso haja sobrepreço e o ajuste tenha sido convalidado, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, conforme o item c.3;
4. Promova-se as alterações nos contratos, por meio de termo aditivo, nos termos do item 4 do presente parecer;

interesse público. BITTENCOUR, Sidney. Licitação Passo A Passo: Comentando Todos Os Artigos da Lei Nº 8.666/93 Totalmente Atualizada. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 634.

⁶⁰ Esta hipótese tem previsão expressa no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

⁶¹ A resilição, distrato ou rescisão amigável é o desfazimento do contrato por simples manifestação de vontade, ou seja, "ocorre quando as partes simplesmente não mais desejam prosseguir no contrato". FALCÃO, Joaquim; GUERRA, Sérgio; ALMEIDA, Rafael; VIANNA, Rodrigo. *Direito administrativo contratual*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 150. v. 2.

⁶² TCU. Processo TC no 008.937/2016-8. Acórdão no 2.612/2016 – Plenário. Relator: ministro Benjamin Zymler.

⁶³ Este entendimento, aliás, é corroborado pela Nota 1 constante na minuta-padrão de distrato editada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), a qual salienta que "*o instrumento em questão só pode ser firmado se todas as obrigações da contratada tiverem sido, até então, plenamente executadas.*"

⁶⁴ Art. 79 (...) § 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

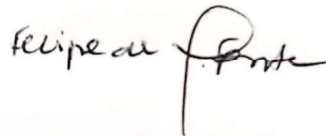
5. Em resposta à consulta da Subsecretaria Executiva, sugere-se a observância das demais recomendações traçadas no item 5 do presente parecer;
6. Atenda-se o artigo 4º, §§1º e 2º, da Lei nº 13.979/20, que determina a temporariedade da dispensa de licitação enquanto perdurar a emergência de saúde pública e o dever de publicar no sítio oficial específicos os dados fixados;
7. Em paralelo, encaminhe-se à Subsecretaria de Controladoria Geral desta Secretaria Estadual de Saúde.

É o parecer.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2020.



DANIELLE TUFANI ALONSO
Procuradora do Estado do Rio de Janeiro
Assessora-Chefe da Secretaria de Estado de
Saúde
ID Funcional nº 42666112




FELIPE DE MELO FONTE
Procurador do Estado do Rio de Janeiro
Subsecretário Jurídico da Secretaria de
Estado de Saúde
ID Funcional nº 4334827-0

Zimbra

maria.luiza@saude.rj.gov.br

Fwd: FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO -OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO - PROCESSO SEI-080001/006812/2020**De :** maria luiza <maria.luiza@saude.rj.gov.br>

seg, 04 de mai de 2020 12:12

Assunto : Fwd: FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO -OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO - PROCESSO SEI-080001/006812/2020 1 anexo**Para :** ozana.gomes <ozana.gomes@saude.rj.gov.br>, Armando Correa Fonseca Junior <armando.junior@saude.rj.gov.br>, gustavo.borges <gustavo.borges@saude.rj.gov.br>, caio.leal <caio.leal@saude.rj.gov.br>, vinicius paiva <vinicius.paiva@saude.rj.gov.br>As imagens externas não são exibidas. [Exibir as imagens abaixo](#)

Bom dia, Prezados

Trata-se do Contrato nº 023/2020 formalizado entre a SES e a empresa HEALTH SUPPLIES, por meio do administrativo SEI-080001/006812/202, que tem por objeto a aquisição de OXÍMETRO DE PULSO PORTATIL COM SENSOR ADULTO.

Tendo em vista a carta enviada pela empresa, na qual solicita o cancelamento da nota de empenho, encaminho o presente para ciência e orientação quanto ao procedimento a ser adotado.

Atenciosamente,

Maria Luiza

De: "thais.oliveira" <thais.oliveira@saude.rj.gov.br>**Para:** "maria luiza" <maria.luiza@saude.rj.gov.br>**Cc:** "Contratos SESRJ" <contratos@saude.rj.gov.br>**Enviadas:** Segunda-feira, 4 de maio de 2020 11:42:56**Assunto:** Fwd: FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO -OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO - PROCESSO SEI-080001/006812/2020Maria Luiza
bom dia,

Segue para ciência carta da empresa Health, processo 6812 - Aquisição de Oxímetro de Pulso, solicitando cancelamento do empenho.

Att,

Thaís de Oliveira Marques
Analista de Contratos

Coordenação de Contratos - CT
Superintendência de Compras e Licitações - SCL
Secretaria de Estado de Saúde - SES/RJ
Rua México, 128 - 6º andar, sala 605 -Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20031-142
Tel: (21) 2333-3951 / (21) 2333-3921
E-mail:thais.oliveira@saude.rj.gov.br

De: "comercial hshospitalar" <comercial.hshospitalar@gmail.com>**Para:** "thais.oliveira" <thais.oliveira@saude.rj.gov.br>, "Contratos SESRJ" <contratos@saude.rj.gov.br>**Itens enviados:** Quinta-feira, 30 de Abril de 2020 13:42:39**Assunto:** Re: FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO -OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO - PROCESSO SEI-080001/006812/2020

Prezada Thais, boa tarde.

Envio em anexo Carta de Solicitação de Cancelamento de Empenho de OXÍMETROS DE PULSO PORTÁTIL ADULTO.

Fico no aguardo da confirmação do recebimento.

Muito obrigado.

Att.

Marcelo Prado

Em seg., 27 de abr. de 2020 às 10:42, HEALTH SUPLIES <comercial.hshospitalar@gmail.com> escreveu:
Prezada Thais, bom dia.
Segue em anexo e-mail enviado para a Érica com a documentação solicitada.

Fico no aguardo da confirmação de recebimento.

Att.

Marcelo Prado

----- Forwarded message -----

De: **HEALTH SUPLIES** <comercial.hshospitalar@gmail.com>

Date: sex., 3 de abr. de 2020 às 17:08

Subject: Re: FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO -OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO - PROCESSO SEI-080001/006812/2020

To: <erica.daniele@saude.rj.gov.br>

Prezada Érica Silva, boa tarde.

Conforme solicitação envio em anexo documentações atualizadas para formalização do processo Emergencial para aquisição de OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO, em anexo.

Em sex., 3 de abr. de 2020 às 13:45, <erica.daniele@saude.rj.gov.br> escreveu:
Prezados, bom dia

Tendo em vista que para formalização do processo Emergencial para aquisição de **OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO**, para realizar atendimento dos pacientes diagnosticados com COVID 19, é necessário o envio das documentações atualizadas conforme abaixo:

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores.
- Cópia dos documentos dos sócios (PROCURAÇÕES)
- Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
- Prova de Regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio de Certidão de regularidade de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal / Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com base na Portaria Conjunta RFB nº 1.751, de 02/10/2014.
- Certidão Negativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda. (ICMS)
- Certidão Negativa de Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda. (ISS)
- Certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.(PGE)
- Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)
- Certidões Negativas de Falências e Concordatas, expedidas pelos Distribuidores da Sede.
- Declaração da Empresa de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16(dezesesseis) anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

- Declaração de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada.
- Dados bancários (BANCO BRADESCO)

Qualquer duvida ou esclarecimento que se faça necessário estarei a disposição.

Att,

Erica Silva
Analista de Contratos/SES.

Coordenação de Contratos - CT
Superintendência de Compras e Licitações - SCL
Secretaria de Estado de Saúde - SES/RJ
Rua México, 128 - 6º andar, sala 605 -Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20031-142
Tel: (21) 2333-3951 / (21) 2333-3921
E-mail: erica.daniele@saude.rj.gov.br

--



SEDE:

Av. Dr. Mário
Guimarães, 318 sala 804
Centro - Nova Iguaçu - RJ -
CEP:26.255-230 Telefone: (55
021) 3030-0657

ESCRITÓRIO:

Rua Dalcídio Jurandir, 255 sala
229
Barra da Tijuca - RJ -
CEP:22.631-250 Telefone: (55
021) 3507-8212

--



SEDE:

Av. Dr. Mário
Guimarães, 318 sala 804
Centro - Nova Iguaçu - RJ -
CEP:26.255-230 Telefone: (55
021) 3030-0657

ESCRITÓRIO:

Rua Dalcídio Jurandir, 255 sala
229
Barra da Tijuca - RJ -
CEP:22.631-250 Telefone: (55
021) 3507-8212

--



SEDE:

Av. Dr. Mário
Guimarães, 318 sala 804
Centro - Nova Iguaçu - RJ -
CEP:26.255-230 Telefone: (55
021) 3030-0657

ESCRITÓRIO:

Rua Dalcídio Jurandir, 255 sala
229
Barra da Tijuca - RJ -
CEP:22.631-250 Telefone: (55
021) 3507-8212



1 MB



Rio de Janeiro, 30 de abril de 2020.

À
Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro – SES/RJ
Rua México, 128, Centro, Rio de Janeiro/RJ

Prezados Senhores,

Nossa empresa é muito transparente e fiel aos seus compromissos.

Devido à falta de produtos no mercado que atendam o descritivo e a constante alta do valor dólar, o que provocou uma disparada e inconstância nos preços dos Oxímetros de Pulso Portátil com Sensor Adulto, vimos através deste, pelo exposto acima, solicitar o cancelamento do seguinte empenho:

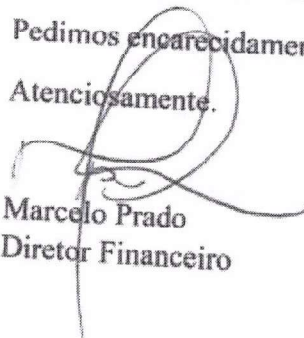
NÚMERO: 2020NE02508

DATA DA EMISSÃO: 03/04/2020

VALOR: R\$ 3.348.000,00

Pedimos encarecidamente desculpas pelo ocorrido e compreensão por todo esse inconveniente.

Atenciosamente.


Marcelo Prado
Diretor Financeiro

20.656.202/0001-01
HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS
MÉDICOS, CIRÚRGICOS. HOSPITALARES LTDA
Av. Doutor Mário Guimarães, 318 Sala 804
Centro – CEP: 26.255-230
NOVA IGUAÇU – RJ

Av. Dr. Mário Guimarães, 318 sala 804 Centro-Noval Iguaçu - CEP:26.255-230

Tel.: (21)30300657 / (21) 3507-8212

comercial.hshospitalar@gmail.com



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva / SES

Encaminho o presente processo para ciência e manifestação acerca do e-mail com solicitação de cancelamento de Nota de Empenho (4617264) e da carta de cancelamento da Nota de Empenho (4617311).

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luiza Lessa, Coordenadora**, em 12/05/2020, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4624666** e o código CRC **272B8728**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4624666

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

TERMO DE DISTRATO

TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 001, QUE ENTRE SI FIRMAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E A HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS CIRÚRGICOS HOSPITALARES LTDA, QUE TEM POR OBJETO A SUA EXTINÇÃO, NA FORMA ABAIXO:

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Secretaria de Estado de Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 42498717/0001-55, com sede situada na Rua México, nº 128, Centro, Rio de Janeiro/RJ, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Subsecretário Executivo, **Sr. Iran Pires Aguiar**, Id Funcional 5098188-9, na forma da delegação de competência prevista da Resolução 2035 de 20 de abril de 2020 e a empresa **Health Supplies Comércio de Materiais Médicos Cirúrgicos Hospitalares LTDA**, inscrita no CNPJ 20.656,202/0001-01, situada na Rua Dr. Mário Guimarães, 318, Sala 04, Centro, Nova Iguaçu, CEP 26.255.230, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **Carlos Frederico Loretti da Silveira**, [REDACTED]

[REDACTED] firmam o presente **TERMO DE DISTRATO**, com fundamento no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

Considerando, a justificativa da Contratada encaminhada como Carta, por email e registrada no SEI 080001/006812/2020, documento 4617311, a solicitar o cancelamento do empenho nº 2020NE02508, tendo em vista a falta do produto no mercado, bem como a constante alta do dólar;

Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva
Rua México, nº. 128 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro / RJ – Brasil – CEP: 20.031-142
Tel.: 55 (21) 2333-3779 / 55 (21) 2333-3846
www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

Considerando, que o presente distrato é conveniente para a Administração, uma vez que a contratada não poderá efetuar a entrega do produto;

Considerando por fim, terem sido observadas as normas legais do artigo 79 Lei 8.666/93, mormente, inciso II, parágrafo 1º, as partes acordam as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA (Do Objeto): Constitui objeto do presente instrumento, a rescisão do Contrato Emergencial nº 032/2020, relativo à aquisição de Oxímetros de Pulso Portátil com Sensor Adulto, com fundamento na Lei 13.979/20, art. 4º (Combate ao Coronavírus), e normas da Lei 8.666/93, Lei Estadual 287/79 e Decretos 3.149/80, 42,301/10, mediante o interesse mútuo das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA (Dos efeitos): O presente DISTRATO operará efeitos a partir da data de hoje, declarando o **CONTRATANTE** que aceita, em caráter definitivo, o objeto contratual até então executado.

CLÁUSULA TERCEIRA (Da quitação): Por este Termo as partes declaram-se plenamente satisfeitas e concedem mútua, quitação das obrigações pactuadas, concordando em nada mais reivindicar administrativamente à conta de obrigações assumidas com terceiros, indenizações, compensações ou quaisquer valores financeiros relativos ao Contrato ora extinto, uma vez que não foi efetuado qualquer pagamento em favor da Contratada e esta, por sua vez, não efetuou qualquer entrega.

CLÁUSULA QUARTA (Publicação e Controle): Após a assinatura do Termo deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva
Rua México, nº. 128 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro / RJ – Brasil – CEP: 20.031-142
Tel.: 55 (21) 2333-3779 / 55 (21) 2333-3846
www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam para um só e mesmo efeito de direito.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2020.

[Assinatura manuscrita]

Iran Pires Aguiar
Subsecretário Executivo de Estado de Saúde
Contratante

Carlos Frederico Loretto da Silveira
Health Supplies Comércio de Materiais Médicos Cirúrgicos Hospitalares LTDA
Contratado

Testemunha

Testemunha



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

TERMO DE CANCELAMENTO DO DOCUMENTO SEI (#INSERIR NÚMERO DO SEI DO DOCUMENTO#)

Para todos os efeitos, o documento abaixo especificado não possui validade pelas razões a seguir apresentadas.

Número SEI do Documento	[4633086]
Tipo do documento	[Termo de Distrato 001]
Razão da Invalidação	[Em virtude de erro material retifica-se o Termo de Distrato colacionado anteriormente]

Rio de Janeiro, 14 maio de 2020

IRAN AGUIAR
Subsecretário Executivo
ID funcional: 5098188-9



Documento assinado eletronicamente por **Iran Pires Aguiar, Subsecretário**, em 14/05/2020, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4686074** e o código CRC **06865132**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4686074

TERMO DE DISTRATO

TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 001, QUE ENTRE SI FIRMAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E A HEALTH SUPPLIES COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS CIRÚRGICOS HOSPITALARES LTDA, QUE TEM POR OBJETO A SUA EXTINÇÃO, NA FORMA ABAIXO:

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Secretaria de Estado de Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 42498717/0001-55, com sede situada na Rua México, nº 128, Centro, Rio de Janeiro/RJ, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Subsecretário Executivo, **Sr. Iran Pires Aguiar**, Id Funcional 5098188-9, na forma da delegação de competência prevista da Resolução 2035 de 20 de abril de 2020 e a empresa **Health Supplies Comércio de Materiais Médicos Cirúrgicos Hospitalares LTDA**, inscrita no CNPJ 20.656,202/0001-01, situada na Rua Dr. Mário Guimarães, 318, Sala 04, Centro, Nova Iguaçu, CEP 26.255.230, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **Carlos Frederico Loretti da Silveira**,   firmam o presente **TERMO DE DISTRATO**, com fundamento no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

Considerando, a justificativa da Contratada encaminhada como Carta, por email, datada de 30 de abril e registrada no SEI 080001/006812/2020, documento 4617311, a solicitar o cancelamento do empenho nº 2020NE02508,

tendo em vista a falta do produto no mercado, bem como a constante alta do dólar;

Considerando, que o presente distrato é conveniente para a Administração, uma vez que a contratada não poderá efetuar a entrega do produto;

Considerando por fim, terem sido observadas as normas legais do artigo 79 Lei 8.666/93, inciso II, parágrafo 1º, as partes acordam as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA (Do Objeto): Constitui objeto do presente instrumento, a rescisão do Contrato Emergencial nº 032/2020, relativo à aquisição de Oxímetros de Pulso Portátil com Sensor Adulto, com fundamento na Lei 13.979/20, art. 4º (Combate ao Coronavírus), e normas da Lei 8.666/93, Lei Estadual 287/79 e Decretos 3.149/80, 42.301/10, mediante o interesse mútuo das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA (Dos efeitos): O presente DISTRATO operará efeitos a partir da data de hoje, declarando o **CONTRATANTE** que aceita, em caráter definitivo, o objeto contratual até então executado.

CLÁUSULA TERCEIRA (Da quitação): Por este Termo as partes declaram-se plenamente satisfeitas e concedem mútua, quitação das obrigações pactuadas, concordando em nada mais reivindicar administrativamente à conta de obrigações assumidas com terceiros, indenizações, compensações ou quaisquer valores financeiros relativos ao Contrato ora extinto, uma vez que não foi efetuado qualquer pagamento em favor da Contratada e esta, por sua vez, não efetuou qualquer entrega.

CLÁUSULA QUARTA (Publicação e Controle): Após a assinatura do Termo deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam para um só e mesmo efeito de direito.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2020.

[Redacted Signature]
Iran Pires Aguiar
Subsecretário Executivo de Estado de Saúde
Contratante

Iran Aguiar
Subsecretário Executivo
ID: 5098188-9



[Redacted Signature]
Carlos Frederico Loretto da Silva
Health Supplies Comércio de Materiais Médicos Cirúrgicos Hospitalares LTDA
Contratado

Testemunha

Testemunha

[Redacted Signatures]

DE NOTAS DU K -
Diego Nogueira Nobre
Escrivente - Mat. 94/14059

Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva
Rua México, nº. 128 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro / RJ – Brasil – CEP: 20.031-142
Tel.: 55 (21) 2333-3779 / 55 (21) 2333-3846
www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Geral/SES

Encaminho matéria abaixo acerca do Termo de Distrato N° 001, para análise e posterior publicação, se a instrução processual assim indicar.

EXTRATO DE TERMO

I N S T R U M E N T O : Termo de Distrato N° 001. **P A R T E S :** Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e a Health Supplies Comércio de Materiais Médicos Cirúrgicos Hospitalares LTDA. **O B J E T O :** Extinção do Contrato N° 032/2020, com fundamento no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O termo de distrato operará seus efeitos a partir de sua assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 12/05/2020. **PROCESSO N°** SEI-080001/006812/2020.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2020

IRAN AGUIAR

Subsecretário Executivo

ID funcional: 5098188-9



Documento assinado eletronicamente por **Iran Pires Aguiar, Subsecretário**, em 14/05/2020, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4686773** e o código CRC **ECC362D7**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4686773

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142

Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Geral

À Divisão de Matérias e Publicação de Atos/SES

Em prosseguimento, após autorização desta Subsecretaria para publicação da matéria acerca do Termo de Distrato N° 001, conforme extrato no anexo (4686773).

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2020.

Roberto Pozzan
Subsecretário Geral
ID 2579845-6



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pozzan, Subsecretário**, em 15/05/2020, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4696112** e o código CRC **B07E7ECF**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4696112

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

43648720	Isabelle Pinto da Silva Brochado	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43731716	Ricardo Miranda S. Correa Tinoco	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43728855	Henri Lourenço Blaffeder	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43648142	Glória Maria Ndaya de Souza	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43728995	Roberta Ferreira de Souza	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43729509	Wanessa Gomes de Sá Quinta	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43732470	Rodrigo Santos Couto	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43729290	Thiago Rodrigues F. de Mendonça	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43727670	Rachel Abraão de Sousa	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43733590	Thiago dos Santos Lazzaro	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43729924	Vitor Wainer Rodrigues Souza	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43728111	Sheyla Rocha Moraes	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43731511	Priscila Tavares Peixoto	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43727409	Tiago Vaz de Souza	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43730205	Bernardo Moutinho Lima	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43731430	Allan Lourenço Sampaio	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43584667	Jefferson Jose Machado Santana	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43730949	Bruno Santos Gomes Marques	04.00.02	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
43726968	Welber Pereira Marins	04.00.02	08.03.07	08.03.06	08.03.06	10.02.08	10.02.08
43603076	Catucia Soare Melegario	04.00.02	08.03.06	08.03.06	08.03.06	08.03.06	08.03.06
43733719	Alexandre de Carvalho Spinelli	04.00.02	08.03.03	08.03.03	08.03.03	08.03.03	08.03.03
24150754	Carlos Jose Batista da Silva	04.00.02	07.11.19	07.11.19	07.06.22	17.06.22	17.06.22
43727417	Gustavo de Azeredo Azevedo Lima	04.00.02	06.03.05	06.03.05	06.03.05	06.03.05	13.11.28
43744761	Andreia Lourenço de Mello	04.00.01	08.03.06	08.03.06	08.03.06	08.03.06	08.03.06
43731376	Luiz Gustavo Fossati Simões *	03.10.24	08.01.27	08.01.27	08.01.27	08.01.27	08.01.27
43734405	Elton Carvalho de Moraes *	03.06.21	07.09.24	07.09.24	07.09.24	07.09.24	07.09.24
43729452	Bruno Cesar Ferreira	03.04.14	08.03.07	08.03.07	09.05.08	09.05.08	09.05.08
43728898	Tyrene Assumpção de Macedo	03.03.16	07.06.20	07.06.20	09.02.17	09.02.17	09.02.17
43729223	Andre Luis de Lima Vianna	03.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07	08.03.07
28749340	Thiago Leite Pereira	03.02.04	07.05.07	07.05.07	09.10.05	09.10.05	09.10.05
5711452	Franklio Campos Junior	03.00.09	11.10.27	11.10.27	11.10.27	11.10.27	11.10.27
43732542	Giselly Bairral Morais	03.00.02	08.03.07	08.03.07	13.08.26	13.08.26	13.08.26
50097849	Moyeses Soares de Oliveira Gomes	03.00.02	08.03.05	08.03.05	08.03.05	08.03.05	08.03.05
43729282	Anibal Dias Correia	03.00.02	08.02.22	08.02.22	08.02.22	08.02.22	08.02.22
43729444	Clayton Jose de Freitas Melo *	03.00.02	07.06.19	07.06.19	07.06.19	07.06.19	07.06.19
22069151	Alex Viana Cardoso	03.00.02	07.03.12	07.03.12	18.02.20	18.02.20	18.02.20
41406362	Andre Ferreira Rocha	03.00.02	07.03.12	07.03.12	15.06.14	16.07.14	16.07.14
41836723	Milene Diniz Barroso Velozo	03.00.02	07.03.12	07.03.12	14.06.18	14.06.18	14.06.18
42686768	Alessandra dos Reis Fernandes	03.00.02	07.03.12	07.03.12	11.05.27	11.05.27	17.04.30
43208878	Marcos Massote Lima	03.00.02	07.03.12	07.03.12	10.02.27	10.02.27	10.02.27
43981771	Denise Villa Melo	03.00.02	07.03.12	07.03.12	08.03.18	08.03.18	08.03.18
43981607	Claudio Fabiano Aguiar Silva	03.00.02	07.03.12	07.03.12	22.11.16	26.00.13	26.00.13
43981658	Leonardo Amparo Carvalho	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	18.03.24	18.03.24
42035910	Tiger de Souza Silva	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	13.03.12	13.03.12
43981763	Eduval de Barros Leal Junior	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	11.03.12	17.04.16
43982522	Ricardo Luis de Almeida Balduino	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.08.00	07.08.00
43981437	Alan da Silva Pinto	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	21.11.29
43981550	Raphael Tavares Arnaud	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	18.07.28
43986340	Marcos Leandro Villar de Azevedo	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	17.01.10
6402488	Guilherme Guimarães Bousquet	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	16.06.14
42503990	Katia da Silva Mallet	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	13.10.08
43208525	Augusta Diniz Amaral	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	10.02.27
43981445	Caroline Barboza Freire de Carvalho	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	09.00.21
43595232	Gustavo Oliveira Barucke	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43982506	Vânia de Paula Guimaraes Gimenez	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981690	Deffina Patricia Machado Soares	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43880789	Gabrielle Correa Braga	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981593	Luis Felipe Areas Alves	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981500	Andreia Souza da Silveira	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
6402615	Marcio Codeço Claudino	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981626	Manoela Assunção Santos Figueira	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981747	Andre Rapello dos Santos	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43982581	Andreia Ribeiro Nezi	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
42588774	Fernanda Correa M. A. de Araujo	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981534	Gabriel Lott Pereira Martins	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981569	Argos Chaves da Costa Meira	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981518	Bruno Peres Teixeira	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981461	Lisie Mattos Cruz	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981496	Sergio Paulo Farias de Carvalho	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981704	Nelson Gonçalves de Jesus	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981739	Luiz Eduardo Gomes Assunção	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981453	Humberto Amato Garcia Ferreira	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43982751	Nadmar Conforti Junger Maia	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981470	Milton Fernando Cardoso de Souza	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981488	Renato Dias Neves	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43981631	Janeide Mesquita Rodrigues	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12
43718876	Vanessa Combat Tassi	03.00.02	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12	07.03.12

*Com restrições.

Fica assinado o prazo de 10 (dez) dias para eventuais contestações, as quais deverão ser formuladas pelo SEI, iniciando-se o procedimento pela unidade administrativa de lotação do impetrante. No campo Tipo de Processo, escolher a opção "Recursos Humanos: Promoção e Progressão", e no campo Especificação, inserir o texto "RECURSO TEMPO DE SERVIÇO - INSPECTOR DE POLÍCIA À 3ª CLASSE - VALIDADE: 21/04/2018".

Obs.: Não serão aceitos recursos via e-mail.

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 04/2020.

PARTE: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e a Empresa VIVAART LOGÍSTICA EMPRESARIAL EIRELI EPP - CNPJ 68.805.316/0001-94.

OBJETO: Aquisição de insumos para o hospital de campanha no Instituto Santo Expedito.

PRAZO: até 6 (seis) meses contados a partir da data da expedição da ordem de serviço.

VALOR TOTAL: R\$ 214.916,25 (duzentos e quatorze mil novecentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos).

NOTAS DE EMPENHO: 2020NE00084 e 2020NE00085.

DATA DA ASSINATURA: 15/05/2020.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-210045/000077/2020.

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato por mais 12 (doze) meses; **VIGÊNCIA:** De 12 (doze) meses a contar de 13/07/2019.

VALOR: Permanece em R\$ 153.023,81 (cento e cinquenta e três mil vinte e três reais e oitenta e um centavos).

DATA DA ASSINATURA: 11/07/2019.

*Replicado por incorreção no original publicado no D.O. de 02.08.2019.

Id: 2252162

Secretaria de Estado de Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Distrito nº 001.

PARTE: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e a Health Supplies Comércio de Materiais Médicos Cirúrgicos Hospitalares LTDA.

OBJETO: Extinção do Contrato nº 032/2020, com fundamento no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.665/93 e suas alterações. O termo de distrito operará seus efeitos a partir de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 12/05/2020.

PROCESSO Nº SEI-080001/006812/2020.

Id: 2252086

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 032/2020-A. Pregão Eletrônico nº 16/2019. **PARTE:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa HOSP LOG COMERCIO DE PRODUTOS

Id: 2252107

HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos (INSULINA ASPARTE - Item 01), para abastecer o Serviço de Diabetes do IEDE. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do instrumento no DOERJ. **VALOR TOTAL REGISTRADO:** R\$ 248.472.000,00 (duzentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e setenta e dois reais). **DATA DA ASSINATURA:** 15/05/2020. **FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-08/007/145/2019.

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 032/2020-B. Pregão Eletrônico nº 16/2019. **PARTE:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa ELI LILLY DO BRASIL LTDA. **OBJETO:** Aquisição de medicamentos (INSULINA LISPRO - Itens 02 e 03), para abastecer o Serviço de Diabetes do IEDE. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do instrumento no DOERJ. **VALOR TOTAL REGISTRADO:** R\$ 1.013.308,80 (um milhão, treze mil trezentos e oito reais e oitenta centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 15/05/2020. **FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-08/007/145/2019.

Id: 2252196

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas. **PARTE:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a ENGE-WALL CONSTRUÇÕES LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, em instalações e equipamentos em geral com fornecimento de mão-de-obra qualificada, ferramenta específico, material e componentes, nas seguintes Unidades: HESM, HEAN, IETAP, IEAC, IECC e SEDE/FS, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, referente ao período da prestação do serviço no mês de fevereiro/2020. **VALOR TOTAL:** R\$ 57.807,19 (cinquenta e sete mil oitocentos e sete reais e dezenove centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 15/05/2020. **FUNDAMENTO:** Decisão no Processo Administrativo nº SEI-08007/001075/2020.

Id: 2252016

Secretaria de Estado de Defesa Civil

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 46/2018.

FUNDAMENTO: Processo nº E-27/128/279/2019.

PARTE: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a Empresa ROCHA E FONSECA DIAGNÓSTICOS LABORATORIAIS LTDA.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva,

Restituímos o presente, face à publicação do Extrato de Termo de Distrato N° 001 (4686773), no D.O. de 19/05/2020. Segue, em anexo, cópia do D.O. (4756743).

Jacqueline Luppó dos Santos
Agente Administrativo de Saúde
Matrícula N° 813.192-2

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Jacqueline Luppó dos Santos, Agente Administrativo de Saúde**, em 20/05/2020, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4756819** e o código CRC **394D0031**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4756819

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Encerro o presente processo pela(s) seguinte(s) razão(ões): Considerando, ter o Termo de Distrato, sido assinado pelas partes e devidamente publicado no Diário Oficial (4756743), arquivo o presente.

Rio de Janeiro, 20 maio de 2020

Josiane de Deus
Assessor Subsecretaria Executiva



Documento assinado eletronicamente por **Josiane de Deus Nascimento, Assessora**, em 20/05/2020, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4808631** e o código CRC **AEFDE179**.

Referência: Processo nº SEI-080001/006812/2020

SEI nº 4808631

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br